



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO
GABINETE DE PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA

Ofício nº 734/2024/GABPRR4-DCE

Porto Alegre, 15 de julho de 2024.

A Sua Excelência o Senhor

UBIRATAN CAZETTA

Procurador Regional da República

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República

Brasília - DF

Senhor Presidente da ANPR,

Cumprimentando-o cordialmente, na qualidade de Coordenadora do Comitê Gestor da Reconstrução para auxílio aos servidores, estagiários e colaboradores terceirizado do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul atingidos pelos eventos climáticos, designada através da PORTARIA CONJUNTA PRR4 - PR/RS n. 1/2024, sirvo-me do presente para encaminhar o Relatório de Atuação [\[1\]](#), elaborado pelo Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos do Comitê Gestor de Reconstrução.

Passados mais de dois meses do início da tragédia que assolou o Rio Grande do Sul, através do trabalho realizado pelo Comitê Gestor e Campanha AJUDA RS, conseguimos oferecer aos integrantes do MPF/RS afetados mais severamente pelas chuvas acolhimento, afeto, um pouco de esperança e dignidade, além de auxiliar o início da reconstrução de seus lares. Tudo isso só foi possível graças à colaboração de muitos. Há ainda muito a ser feito e precisaremos seguir contando com a força e a dedicação de todos os integrantes da Instituição.

Neste sentido, agradecemos o fundamental e indispensável apoio de Vossa Excelência para esta importante ação institucional.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Porto Alegre, 15 de julho de 2024.

Assinado Eletronicamente

DANIELE CARDOSO ESCOBAR
PROCURADORA REGIONAL DA REPÚBLICA

Notas

1. [^](#) PGR-00269444/2024

Assinado com login e senha por DANIELE CARDOSO ESCOBAR, em 15/07/2024 18:51. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave adce4d78.d6b5875d.720d9236.1408a2ee

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
COMITÊ GESTOR DE RECONSTRUÇÃO MPF/RS
SUBCOMITÊ DE ACOLHIMENTO E DIAGNÓSTICO LOCAL DOS DANOS**

RELATÓRIO DE ATUAÇÃO



Porto Alegre, RS

Julho/2024

Ficha Técnica

Elaboração

Ana Cristina Goulart Lopes

Cléria Vergilino Flores Nunes Colares

Cynthia de Moura Orengo

Lisandra Spiazzi Berleze

Lisane Cristina Fontoura Berlato

Manuela Francalacci Nedeff

Patrícia Cristina Alves da Silva

Sandra Folchini Preza

Apoio

Associação dos Servidores do Ministério Público Federal

Associação Nacional dos Procuradores da República

Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Rio Grande do Sul

Procuradoria da República em Santa Catarina

Procuradoria Regional da República/4ª Região

Secretaria de Comunicação Social

Secretaria de Serviços Integrados de Saúde

Secretaria Geral do MPF

O rio

Só deu tempo de erguer a TV, só que ultrapassou a água e foi perda total. Minha irmã, o exército tirou agora, de tardezinha. E olha que a casa é de dois pisos. Vamos agradecer por estarmos vivas.

Maria acorda às cinco da manhã. Coloca no fogão a panela do almoço, porque trabalha num desses órgãos de governo distantes de tudo, onde não encontramos, nas proximidades, um mercadinho, daqueles com prateleiras lotadas de industrializados ou um restaurante em que seja possível pagar uma refeição para cada dia útil com o vale alimentação. Maria é auxiliar de serviços gerais numa empresa terceirizada, para a qual dedica 8 horas e 48 minutos diários, mais uma hora de intervalo de almoço, permanecendo 9h48min no ambiente de trabalho, somadas ainda as horas de deslocamento, já que mora numa Ilha, na região metropolitana de Porto Alegre e precisa voltar para casa. Maria é vizinha do rio. E é mãe, religiosa, dança, acampa, estuda, mas no contracheque, a sua identidade é “servente”. Recebe um salário básico de R\$ 1.412,00 mais o adicional de insalubridade, que ela diz que é *porque eu limpo banheiro*. Com descontos, Maria realiza todos os seus sonhos com o valor líquido de uns 1600 reais.

Quando o rio sobe, a casa de Maria alaga e ela ajuda os vizinhos, parentes, amigos, desconhecidos.

Que casa, Maria? A senhora não entendeu? Nós não temos mais casa. Diz a colega, com os pés numa realidade alagada e num corpo por onde também verte água, em lágrimas.

Mas, dessa vez, o rio não visitou só Maria, foi democrático. Decidiu aguardar 2,3 milhões de pessoas, invadir 452 municípios, 3 mil estabelecimentos de saúde e colocar em abrigos cerca de 68,3 mil pessoas. Sem contarmos animais, doenças, móveis, fotografias, passados e presentes. Sem contarmos as mortes dos futuros que carregam, com a correnteza, os sonhos e as esperanças. Para esses é difícil encontrar abrigos.

Minha casa ainda tem água, o bairro tá interditado, não dá pra fazer nada, perdi tudo.

No Ministério Público Federal pessoas foram gravemente atingidas e, mesmo que a chuva tenha sido para todos, as possibilidades de reconstrução são diferentes. Há transversalidades de idade, classe, gênero que tornam mais vulneráveis algumas pessoas. Dos atingidos, a maioria são mulheres.

Hoje eu terminei de tirar os móveis pra fora, mas tá tudo imundo. Vou ter que pagar parte do valor e estou vendo com a proprietária, pra ela pagar também, senão não tem condições.

Foi pautando-se por essas diferenças, pela ideia de acolhimento humanizado, pelo respeito às vontades e necessidades de cada pessoa inteira em suas diferenças e, sobretudo, pela força com a qual uma coletividade amorosa pode atuar com a certeza de que juntas e juntos podemos mudar os pequenos universos que encontramos ao nosso redor, que esse Subcomitê de Acolhimento atuou.

Passei para agradecer os colchões, por toda a ajuda embaixo da chuva, vieram nos trazer os colchões. Somente gratidão. Que Deus dê em dobro pra vocês que estão ajudando nessa hora!

Sigamos com amor, com empatia e humanismos sempre.

Hoje montei a minha cozinha.

Lisane Berlato, Porto Alegre, 19 de junho de 2024

SUMÁRIO

SUMÁRIO	4
APRESENTAÇÃO	5
1. A ENCHENTE	6
1.1 Danos às/aos integrantes do MPF/RS.....	6
1.1.1 Porto Alegre e Região Metropolitana.....	7
1.1.2 Vale do Taquari.....	7
1.1.3 Vale do Rio Pardo.....	8
1.1.4 Lagoa dos Patos.....	8
1.2 Atuação institucional e solidariedade.....	8
2. HISTÓRICO DA CAMPANHA	10
2.1 Ações iniciais na PRR/4ª Região e na PR/RS.....	10
2.2 Ações integradas.....	12
2.3 Concepção do Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos.....	14
2.4 Formalização do Comitê Gestor de Reconstrução do MPF/RS.....	15
3 . ASSESSORAMENTO TÉCNICO - ARQUITETURA E URBANISMO	18
4. RESULTADOS E ANÁLISES	19
4.1 Número de pessoas contatadas.....	19
4.2 Perfil e contexto sociofamiliar das pessoas entrevistadas.....	19
4.3 Demandas Prioritárias.....	31
5. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS	32
5.1 Classificação da gravidade da situação.....	32
5.1.2 Registros fotográficos das visitas domiciliares realizadas.....	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS	40
7. MENSAGEM FINAL	42
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

APRESENTAÇÃO

*“Não foram só perdas materiais. Perdi lembranças,
recordações, memórias de uma vida”*

(Vítima da enchente)

O Comitê Gestor de Reconstrução do MPF foi instituído pela Portaria Conjunta PRR4/PRRS nº 1/2024 com o propósito de auxiliar servidoras(es), estagiárias(os) e trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul atingidos pelas enchentes e eventos climáticos ocorridos no mês de maio no estado.

Para garantir a eficácia na execução das ações planejadas, o Comitê foi organizado em subcomitês, dentre os quais o Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos, responsável por realizar a identificação e o acolhimento, prestar orientações e apoio às vítimas da enchente, ouvir e visitar as pessoas e famílias atingidas, analisando cada situação singular e, com base no trabalho, desenvolver uma proposta de destinação dos valores arrecadados por meio das doações da campanha nacional "AJUDA RS".

Este relatório objetiva apresentar uma breve contextualização da situação vivenciada pelo povo gaúcho e pelas(os) integrantes do MPF atingidas(os), da rede de solidariedade surgida em decorrência dos eventos climáticos, além de dar transparência às ações e propostas desenvolvidas até o momento pela equipe do Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos, integrada por servidoras da Procuradoria Geral da República, Procuradoria Regional da República da 4ª Região, Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul e Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.

1. A ENCHENTE

O mês de maio de 2024 ficará para sempre na história do Rio Grande do Sul. Chuvas intensas, eventos climáticos adversos, com as consequentes enchentes e inundações históricas. As chuvas que ocorreram entre o final de abril e maio de 2024 devastaram o Estado, provocaram mortes, destruição e o deslocamento de populações.

Os números retratam a dimensão da tragédia, conforme Relatório da Defesa Civil quase 95% das cidades do Rio Grande do Sul foram afetadas pelas chuvas que castigaram o estado entre o final de abril e o mês de maio deste ano. 471 das 497 cidades gaúchas foram afetadas pelas tempestades – o equivalente a 94,77% do total, mais de 170 pessoas foram mortas e mais de 629 mil tiveram que deixar suas casas. São 2.347.664 pessoas afetadas e mais de 77.000 foram resgatadas. Somente em Porto Alegre, a chuva acumulada atingiu a impressionante marca de 539,9 mm no mês de maio.

O resultado das mudanças climáticas foi devastador para o estado. Não é exagero quando se fala que as enchentes transformaram diversas cidades do Rio Grande Sul em um cenário de guerra. Um estudo recente confirmou que as mudanças climáticas tiveram um papel crucial na intensificação da tragédia que assolou o Rio Grande do Sul nas últimas semanas. As enchentes e deslizamentos de terra, que resultaram na perda de vidas e danos materiais significativos, foram agravados pelas condições climáticas extremas, como chuvas intensas e eventos climáticos cada vez mais frequentes.

As consequências foram diversas e ainda não há como prever o tempo necessário para recuperação. Famílias inteiras perderam seus lares, muitas vezes construídos ao longo de anos, com trabalho árduo e economias sacrificadas. Além disso, móveis e objetos pessoais, como fotografias, que apresentam não somente valor material, mas também afetivo, foram arrastados pelas águas, resultando em perdas irreparáveis.

1.1 Danos às/aos integrantes do MPF/RS

O Ministério Público Federal possui duas sedes em Porto Alegre – Procuradoria Regional da República da 4ª Região e Procuradoria da República no Estado no Rio Grande do Sul, prédios vizinhos, localizados na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, no Bairro Praia de Belas, além de quinze Procuradorias da República nos Municípios e dois Escritórios de Representação (sendo um ainda não instalado).

Assim como muitas instituições e a população do estado, as sedes do MPF em Porto Alegre - 1ª e 2ª instâncias - também foram severamente afetadas pelas chuvas de abril e maio de 2024. A água acumulada chegou a atingir 1,80m de altura no local, danificando móveis, elevadores e equipamentos das duas unidades. Só era possível chegar de barco nos prédios, cena inimaginável. As marcas da enchente ficaram registradas nas guaritas e fachadas dos prédios.

Inicialmente foram mapeados 36 integrantes do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul que tiveram suas residências atingidas pelas chuvas, sendo 14 servidoras(es), 16 trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas, 1 servidora aposentada, 1 viúva de servidor extra quadro, 1 servidor que indicou familiares atingidos e 3 estagiárias. Essas pessoas estão em diversos locais de Porto Alegre e região metropolitana, Vale do Taquari, Vale do Rio Pardo e região da Lagoa dos Patos.

1.1.1 Porto Alegre e Região Metropolitana

O episódio de abril/maio fez com que o lago Guaíba atingisse a marca de 5,35 metros em **Porto Alegre**, superando o recorde de 1941, quando registrou 4,76 metros. Os diques, casas de bombas e comportas construídos em 1970 não foram capazes de segurar a água que invadiu quase toda a cidade.

Integrantes do Ministério Público Federal no RS tiveram suas residências atingidas nos bairros Humaitá, Ilha da Pintada, Navegantes, Sarandi e Vila Farrapos. Alguns bairros permanecem com água, como a Ilha da Pintada, onde residem uma estagiária e dois trabalhadores de empresa terceirizada do MPF.

Nos municípios localizados na **Região Metropolitana** – Alvorada, Canoas (Bairros Mathias Velho e Rio Branco), Eldorado do Sul e Guaíba foram atingidas 17 famílias do Ministério Público Federal no RS. Essas pessoas, além das perdas materiais, viveram situações dramáticas. Alguns foram resgatados pelo Corpo de Bombeiros de Jet ski em razão da correnteza do rio, outros saíram caminhando de suas residências com a roupa do corpo e com a água batendo no peito, arriscando as próprias vidas, tendo em vista que a chuva, em conjunto com o rompimento de diques, fez com que a água subisse em poucos minutos. São inúmeras histórias de coragem, resiliência e superação.

A cidade de **Eldorado do Sul**, com 38 mil habitantes, foi praticamente toda inundada pelo rio Jacuí, na região do delta, que deságua no Guaíba, com 80,8% da população atingida, conforme dados da Defesa Civil. Lá residem 07 famílias de servidoras(es) e trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas que perderam todos os móveis e objetos pessoais, além de terem suas casas avariadas.

Já na cidade de **Canoas**, banhada pelo Rio dos Sinos e pelo Rio Gravataí, a tragédia deixou um rastro de destruição que prejudicou 44% da população. O município está entre as cidades com maior percentual de domicílios particulares atingidos, atrás apenas de Eldorado do Sul. O bairro Mathias Velho ficou mais de 30 dias embaixo d'água. Somente no Mathias Velho residem três famílias de trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas do MPF/RS.

1.1.2 Vale do Taquari

O Rio Taquari ultrapassou 30 metros em cidades como **Estrela** e **Lajeado**. Essa marca

histórica supera registros de um século e meio, destacando-se como uma das piores enchentes já registradas na região. Um servidor e uma servidora do MPF estão entre os atingidos.

1.1.3 Vale do Rio Pardo

No Vale do Rio Pardo, no centro do estado, famílias vivenciaram tragédias sem precedentes na região. Nos municípios de **Santa Cruz do Sul** e de **Rio Pardo** residem 02 núcleos familiares de integrantes do Ministério Público Federal que foram afetados pelas chuvas.

1.1.4 Lagoa dos Patos

A água das bacias que chegou ao Guaíba, alcançou também a Lagoa dos Patos, que também transbordou, atingiu níveis jamais observados e inundou parte das cidades de **Pelotas** e **Rio Grande**, tirando famílias de casa. Três domicílios de integrantes do MPF em Rio Grande e Pelotas também foram afetados pela enchente na Lagoa dos Patos.

1.2 Atuação institucional e solidariedade

As enchentes de 2024 demonstraram um grande poder de mobilização em diversas frentes de atuação no âmbito do Ministério Público Federal. Além das esferas judicial e extrajudicial, com a fiscalização dos recursos públicos recebidos e a verificação das responsabilidades dos entes no gerenciamento da crise, o MPF buscou também mitigar os efeitos da enchente no âmbito administrativo e em relação ao seu próprio público interno.

Enchentes, tragédias, terremotos ou acidentes revelam o melhor das pessoas. Um comportamento que se repete em momentos difíceis e que salva vidas. É amor, carinho, atenção, gentilezas, voluntarismo e solidariedade. A tragédia que atingiu o Rio Grande do Sul provocou muita dor e também gerou uma imensa mobilização. De todo país chegaram toneladas de doações, ajuda pelo ar, pelo mar e por terra. Bombeiros vieram de diversos locais do país para realizar salvamentos, assim como voluntários civis e as forças armadas. Isso tudo, de certa forma, amenizou os efeitos catastróficos das enchentes.

No Ministério Público Federal não foi diferente. Uma onda de solidariedade foi formada nos quatro cantos do país para apoiar a população gaúcha. Houve mobilizações em diversas unidades do MPF, transformando as sedes em pontos de recebimento de doações e sensibilizando o público interno ao voluntariado, incentivando e apoiando o engajamento de seus colaboradores em ações voltadas à comunidade. O Voluntariado Institucional demonstra a preocupação da Instituição com a Responsabilidade Social.

Conforme a Política de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) e o Programa Nacional de Qualidade de Vida no Trabalho (PNQVT) são considerados integrantes do MPF procuradores e procuradoras da República, servidores e servidoras, trabalhadoras e trabalhadores de empresas terceirizadas, estagiárias e estagiários e jovens aprendizes (Portaria nº 875, de 12/9/2017). E justamente para auxiliar integrantes afetados pelos eventos climáticos, o MPF lançou a campanha

“AJUDA RS” e publicou a Portaria Conjunta PRR4^a-PR/RS nº 1/2024 instituindo o **Comitê Gestor da Reconstrução** para auxílio a servidoras(es), estagiárias(os) e trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul atingidos pelos eventos climáticos.

A atuação do MPF foi pioneira e ratifica a tendência ao exercício fundamental da Responsabilidade Social Corporativa frente às mudanças climáticas. A responsabilidade socioambiental das organizações é sustentada por diversos estudos científicos, que apresentam conceitos como empresas verdes, organizações saudáveis, positivas ou humanizadas, entre outros termos. Desta feita, é ponto pacífico que o ambiente de trabalho deve primar por um clima de solidariedade e confiança, além de apoio e suporte organizacional, afinal trabalhar não é apenas instrumental, mas também relacional (Cohen-Scali et al., 2020).

Sobre o assunto, Yang et al. (2019) concluíram que quando há a percepção de apoio organizacional e de cuidado para com o trabalhador, há a tendência que ele retribua com maior engajamento, ou seja, a qualidade na reciprocidade das relações é fundamental para níveis positivos de engajamento (Yang et al., 2019), o que demonstra a importância de se criar condições ideais para o desenvolvimento de relacionamentos positivos no contexto de trabalho (Kim et al., 2019).

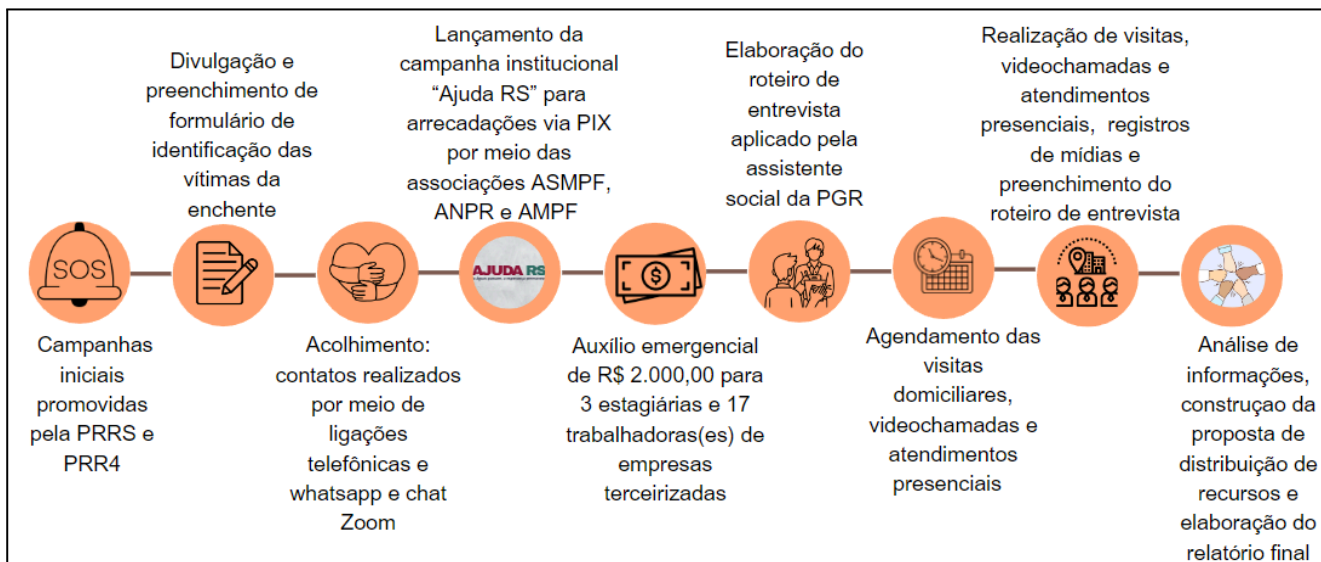
Além da Responsabilidade Social, ao auxiliar seu público interno mais vulnerável com o fomento de ações de Voluntariado Organizacional, cria-se nas pessoas a percepção de se contribuir para o bem maior (Allan et al., 2020) com ações de valor e significado (Blustein, 2011). Estas ações de Voluntariado Organizacional envolvem as crenças acerca de um propósito maior, de conexão e de sentido à vida, contribuindo positivamente para uma sensação de bem estar.

Pesquisas científicas corroboram este entendimento ao mostrar que pessoas com níveis elevados de percepção de trabalho significativo têm maior probabilidade de perceber o seu trabalho como uma boa opção e encontrar significado no trabalho (Işık et al., 2019). Assim, reforça-se o entendimento do trabalho como parte da realização humana e não apenas como atividade instrumental (Ferraro et al., 2017), transformando as ações conjuntas em instrumentos de identificação das pessoas com a instituição em que trabalham, despertando nelas o senso de pertencimento.

2. HISTÓRICO DA CAMPANHA

A fim de registrar o histórico da campanha, serão detalhadas todas as ações do Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos. Além disso, para contextualizar e ilustrar este histórico de ações, elaborou-se a seguinte linha do tempo:

Imagem 1 - Linha do tempo



Fonte: Elaborada pelas autoras

2.1 Ações iniciais na PRR/4ª Região e na PR/RS

Em razão das chuvas que já caíam no Rio Grande do Sul desde o início de maio, e com a intensificação da situação de calamidade a partir do dia 03 de maio - o expediente da PRR/4ª Região já havia sido suspenso e tinha-se notícia de procuradoras(es), servidoras(es) e trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas que estavam com suas casas inundadas, precisando sair de barco. Duas Procuradoras Regionais da República em contato com servidoras(es) PRR/4ª Região criaram, em 7 de maio, o grupo de *whatsapp* "Reconstrução MPF/RS".

A primeira ação deste grupo foi buscar informações de integrantes do MPF por meio da elaboração de um formulário (*Google forms*) que foi enviado pelos canais eletrônicos de comunicação - e-mail, grupos de *whatsapp* e páginas da intranet. Qualquer pessoa poderia preencher, bastando acessá-lo.

No dia **08/05/2024** realizou-se a primeira reunião do grupo, via plataforma Zoom, já com mais integrantes. Ideias foram surgindo, revelando a extensão da calamidade que assolava o Estado, com um aumento contínuo na destruição e no impacto sobre as pessoas. Nesta reunião, o foco e as decisões foram concentrados nos seguintes pontos:

a.	<p>Mapeamento de servidoras(es), trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas e estagiárias(os) mais atingidas(os) (perda da casa, total ou parcialmente), via formulário <i>google forms</i> disponível.</p> <p>Intensificar o compartilhamento do formulário elaborado pela PRR/4ª Região para que a PRRS obtivesse o mesmo nível de detalhamento das informações e no mesmo formato a fim de ser alimentada a planilha de dados das necessidades das pessoas.</p> <p>Fomulário: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScce1E4wUxpaFX-ptuJ7PIjTEPcA8Q6LjE-2VZXI64In5F_Rw/viewform</p>
b.	<p>Ação de empatia e acolhimento. Início imediato - estendeu-se de modo diário nas primeiras semanas - contato com servidoras(es), trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas e estagiárias(os) para acolhimento inicial e prestação de amparo, prestando-se, também, informações iniciais sobre acesso ao Plan-Assiste tranquilizando-os, especialmente as(os) trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas, de que não haveria desconto dos dias não trabalhados nem desligamentos.</p>
c.	<p>Obtenção de recursos iniciais: Criação de uma "arrecadação emergencial" (apenas para os participantes do grupo criado de <i>whatsapp</i>, a princípio) para fazer frente às necessidades imediatas das(os) trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas, identificadas no acolhimento inicial.</p>
d.	<p>Divulgação: Card com contato de emergência caso alguém do grupo de atingidos sentisse necessidade de conversar ou tivesse alguma demanda.</p>
e.	<p>Campanha de arrecadação de recursos para auxílio na reconstrução das casas. Campanha ostensiva, com cards, vídeos, depoimentos, em todos os meios de comunicação disponíveis no MPF, contando com auxílio de colegas servidores e procuradoras(es) nos demais estados para motivar as doações. Deflagração da campanha o quanto antes visando à data do pagamento que se aproximava. Busca de auxílio/destaque da SECOM PGR/SC para trabalhar na campanha.</p> <p>A campanha já contava com o apoio da ANPR, AMPDF e ASMPF, com depósitos/arrecadações concentrados na conta da ASMPF (já vinculada à finalidade de reconstrução das casas).</p> <p>Contato com a ANPR gerenciando a destinação de recursos que seriam utilizados no ENPR (show) à campanha, bem como aqueles já arrecadados na campanha em curso em prol dos atingidos no RS.</p>

Divididas as tarefas, integrantes do grupo iniciaram as ações.

Os contatos iniciais de acolhimento e prestação de suporte emocional foram realizados pela servidora da PRR/4ª Região, graduanda em Psicologia, sendo mantidos de modo diário. Cumpre registrar que a prestação de suporte emocional está embasada em protocolos internacionais¹ e pode ser prestada por qualquer pessoa que tenha o conhecimento, não necessitando, porém, de formação na área de psicologia ou na área da saúde².

Consiste, basicamente, em uma escuta ativa, de acolhimento e de observação acerca das necessidades básicas e de segurança da pessoa afetada pela catástrofe ou desastre. Com relação ao trabalho do Comitê Gestor de Reconstrução, o trabalho consistiu em contatar os afetados pelo telefone ou pelo whatsapp, como se sentissem melhor, buscando informações sobre a segurança de necessidades básicas de água, alimentos, medicação e vestuário, buscando-se identificar, ainda, aqueles que se encontravam mais organizados psicologicamente e outros que necessitam de um

¹ <https://www.paho.org/pt/node/44399>

² Materiais disponíveis em

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/ministerio-lanca-material-sobre-saude-mental-e-atencao-psicossocial-para-profissionais-que-atuam-em-desastres>

acompanhamento mais próximo e frequente ou até mesmo o encaminhamento para o serviço de atendimento psicológico da Assessoria de Psicologia da SSI-Saúde/PGR..

Nos contatos, ainda, foram sendo identificadas algumas situações emergenciais que foram prontamente atendidas, como por exemplo, depósito financeiro para uma trabalhadora de empresa terceirizada comprar leite e achocolatado para o neto, e distribuição de colchões. A campanha começou a crescer com a elaboração dos materiais para divulgação oficial próximo ao pagamento que seria realizado, possivelmente, dia 20/05/2024.

Com o ingresso da servidora da PRRS, e tendo em vista uma campanha de arrecadação que havia sido realizado via Sala de Atendimento ao Cidadão (SAC) da PRRS, distribui-se no dia **10 de maio**, via PIX, para todas trabalhadoras e trabalhadores de empresas terceirizadas afetados, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

2.2 Ações integradas

No dia **10 de maio**, ainda, realizou-se reunião virtual pela plataforma Zoom com colegas de diversas unidades do MPF no Brasil, de modo a divulgar a campanha e sensibilizar a todos da necessidade de contribuição, bem como esclarecer e definir alguns pontos importantes relativos ao RS. A reunião contou com aproximadamente 45 integrantes do MPF, bem como com colegas da PGR e nela foram tratados e definidos os seguintes assuntos:

a.	adiantamento dos salários das(os) trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas, servidoras(es) e membros do RS;
b.	sensibilização de colegas de todo o Brasil para doação de quaisquer valores para a campanha da ASMPF em prol de colegas trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas;
c.	doação de materiais de construção (viabilidade no âmbito dos estados juntamente com a Força Aérea Brasileira -FAB);
d.	trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas de outras unidades que queriam ajudar, mas não tinham condições financeiras. Foi sugerido a elaboração de algum “presente” para que as pessoas quando puderem voltar para as suas casas, possam levar e lembrar da ajuda recebida;
e.	disponibilização pela SG de Agentes de Segurança Institucional, responsáveis pelo patrimônio da PRR4 e PRRS;
f.	mobiliário das duas unidades afetadas: realizou-se o mapeamento do que foi perdido para posterior reposição;
g.	apoio psicológico da ASPSI/PGR online para quem precisasse e Gabinete Médico à disposição de integrantes do MPF/RS atingidos pela enchente.

Acerca da divulgação da campanha, informou-se a colocação do *banner* para o topo da *intranet*; elaboração de artes para *whatsapp* e *Zoom*; organização de cronograma de notícias e lembretes:

13/05/2024	Matéria nova na intranet e email com pelo menos 1 (um) vídeo
17/05/2024	Reforço pelo Zoom
20/05/2024	Matéria nova na intranet e email, com vídeo
21/05/2024	Dia do pagamento, reforço por Zoom
24/05/2024	Matéria de balanço

A imagem abaixo demonstra uma das peças elaboradas para divulgação da campanha:

Imagem 2 - Peça da campanha Ajuda-RS



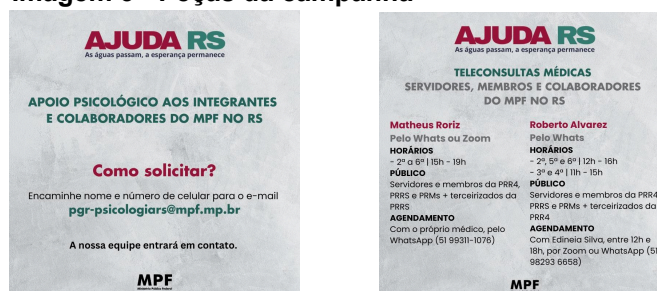
Fonte: SECOM

No dia **14 de maio** a campanha nacional foi ao ar.

Em **20 de maio** ingressou no Comitê a assistente social da Assessoria de Serviço Social da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da PGR (ASSERV/SSI - Saúde).

No dia **24 de maio** foi realizada reunião com a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da PGR para alinhar algumas questões relativas ao atendimento psicológico e de saúde de servidoras(es), trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas e estagiárias(os) do RS. Da mesma forma, tratou-se sobre a vinda da assistente social ao RS. Importa salientar que foi criado canal específico para atendimento psicológico ao público do MPF no RS (pgr-psicologiar@mpf.mp.br), assim como disponibilizado o atendimento médico, por meio de teleconsultas.

Imagem 3 - Peças da campanha



Fonte: SECOM

2.3 Concepção do Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos

No dia **27 de maio**, realizou-se reunião da equipe via plataforma Zoom, na qual foi definida a criação do Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos, formado pelas seguintes servidoras: Sandra Folchini Preza (PRR4), Lisane Cristina Fontoura Berlato (PR.RS), Patrícia Cristina Alves da Silva (PGR), Manuela Francalacci Nedeff (PRRS), Ana Cristina Goulart Lopes (PRRS), Cynthia de Moura Orengo (PRSC), Cléria Vergilino Flores Nunes Colares (PRSC), Lisandra Spiazzi Berleze (PR.RS) e pela procuradora da República Andréia Rigoni Agostini (PRRS). A equipe ficou responsável por organizar o cronograma das visitas domiciliares e dos contatos com servidoras(es), trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas e estagiárias(os), no intuito de acolher essas pessoas e avaliar os danos sofridos. Neste mesmo dia foi criado o grupo de *whatsapp* “GT Diagnóstico”.

No dia **28 de maio** o Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos realizou a primeira reunião com o objetivo de organizar a vinda das servidoras da PRSC da assistente social da SSI-Saúde/PGR, bem como alinhar como seriam realizados os contatos e as entrevistas.

Em **03 de junho** chegou em Porto Alegre a equipe de servidores de Santa Catarina juntamente com a servidora da PGR. Importa registrar que as dificuldades de acesso aéreo à capital gaúcha, em razão do fechamento do Aeroporto Salgado Filho, não foram empecilho à chegada dos colegas de outros estados, que envidaram esforços para se fazerem presentes, com apoio da chefia da PRSC. As visitas presenciais foram realizadas nos seguintes dias, tendo sido iniciadas pelas(os) trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas, tanto da PRRS como da PRR/4ª Região. Em todas as visitas o grupo foi integrado pela assistente social da ASSERV/SSI-Saúde/PGR, que realizou as entrevistas:

04/06/2024	Eldorado do Sul
05/06/2024	Canoas
06/06/2024	Alvorada e bairro Vila Farrapos em Porto Alegre
07/06/2024	Ilha da Pintada e Guaíba

Todas(os) trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas receberam uma sacola com itens para suas casas, composta por 1 jogo de lençóis, 1 cobertor, 2 toalhas de banho, 2 canecas e 1 kit de higiene pessoal (creme dental, sabonete e escova de dente). As mulheres receberam, ainda, um kit com roupas íntimas, e onde havia crianças, pijamas também foram entregues. Parte dos itens da sacola foram adquiridos com valores remanescentes da campanha promovida da Sala de Atendimento ao Cidadão da PRRS, cobertores e itens de higiene pessoal foram doados pelo Lions Clube Bento Gonçalves e as roupas íntimas e pijamas fazem parte de um projeto da PRSC, por meio do Programa Bem Viver - Costurando Afetos (com a captação de tecidos e trabalho de vários parceiros foram produzidas roupas íntimas, pijamas infantis, edredons e lençóis).

Em face das constatações das primeiras visitas, o Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos sugeriu, no que foi acatado, pela transferência emergencial no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) às trabalhadoras e aos trabalhadores de empresas terceirizadas e estagiárias. Encaminhou-se o Ofício n. 535/2024/PRR4/GABPCR (PRR4ª-00011290/2024), assinado pela Procuradora-Chefe da PPR/4ª Região, possibilitando, assim, o repasse dos valores em 7 de junho de 2024.

2.4 Formalização do Comitê Gestor de Reconstrução do MPF/RS

No dia **07 de junho** foi publicada a **Portaria Conjunta PRR4ª - PR/RS N° 1/2024**, com efeitos desde o dia 05 de maio de 2024, instituindo o Comitê Gestor de Reconstrução para auxílio a servidoras(es), estagiárias(os) e trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul atingidos pelos eventos climáticos.

A composição do grupo ficou assim definida por meio da referida Portaria:

Tabela 1 - Integrantes do Comitê de Reconstrução do MPF

I - Subcomitê de Mobilização Nacional:	Daniele Cardoso Escobar Maria Valesca de Mesquita Ana Paula Carvalho de Medeiros Claudia Vizcaychipi Paim Jerusa Burmann Viecili Cynthia de Moura Orengo Rodrigo Taddei Alves
II - Subcomitê de Mobilização Local	Claudia Vizcaychipi Paim Andreia Rigoni Agostini Sandra Folchini Preza Lisane Cristina Fontoura Berlato
III - Subcomitê de Logística	Patrícia Coelho Py Giovani Tavares Bruscato
IV - Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos:	Andreia Rigoni Agostin Sandra Folchini Preza Lisandra Spiazzi Berleze Lisane Cristina Fontoura Berlato Patricia Cristina Alves Da Silva Manuela Francalacci Nedeff Ana Cristina Goulart Lopes Cynthia de Moura Orengo Cleria Vergilino Flores Nunes Colares
V - Subcomitê de Gestão de Recursos e Destinação de Valores	Daniele Cardoso Escobar Maria Valesca de Mesquita Ana Paula Carvalho de Medeiros Claudia Vizcaychipi Paim Patrícia Coelho Py

	Giovani Tavares Bruscato Eduardo Lotuffo Stradolini Débora Nunes Von Groll
VI - Subcomitê de Comunicação:	Sandra Anflor Da Silva Guilherme dos Santos Fister Adriana Melo Langon Humberto Eckhard
VII - Subcomitê da Saúde:	Roberto Fiolic Alvarez Matheus Roriz Silva Cruz Edineia da Conceição Silva
Integram o grupo, também, como colaboradoras(es):	Ingrid de Vargas Mito Ingrit Winck Gava Jardem Moura da Costa Maria Luiza Braga de Almeida Nilva Antônia Dornelles Luciana Loureiro Oliveira Patrícia Maria Nunez Weber Alderí Schineider PRR/4ª Região Denilvo Belegante/ PRSC Deomar Schmidt/PRRS

Fonte: Portaria Conjunta PRR4ª - PR/RS N° 1/2024

A equipe da Procuradoria da República em Santa Catarina retornou para seu estado em **08 de junho**.

Nos dias **10, 11 e 12 de junho** foram realizados contatos presenciais e por videochamada com servidoras(es), estagiárias e trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas do interior do estado pela assistente social da Assessoria de Serviço Social da SSI-Saúde da PGR.

Ao todo realizou-se 36 contatos, sendo 15 visitas domiciliares, 5 atendimentos presenciais e 16 atendimentos por videochamada.

No dia **11 de junho** foram realizadas novas visitas nas residências de trabalhadoras de empresas terceirizadas em Eldorado do Sul e em Canoas, juntamente com dois arquitetos voluntários, os quais avaliaram as casas, permitindo a elaboração de laudos.

No dia **13 de junho** a assistente social da ASSERV/SSI-Saúde/PGR retornou à Brasília.

Importante destacar que em paralelo à campanha principal foi lançada a campanha de arrecadação de móveis e, também, recebida uma doação vinda de São Paulo, com contato feito com servidora da PRR3, por meio da qual foram recebidas cestas básicas, água sanitária, desinfetante e cobertores para serem distribuídos às(aos) trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas.

Imagem 4 - Peças da campanha “Ajuda RS”



Fonte: SECOM e mídias de redes sociais

Além do apoio material e emocional, desde o início da campanha foram prestados auxílios no sentido de orientar a todas(os) na obtenção dos benefícios federal e estadual com a disponibilização de informações e orientações sobre o preenchimento dos cadastros necessários.

Necessário destacar ainda que o acompanhamento das pessoas afetadas, em especial aquelas em que se identificou maior necessidade, é mantido semanalmente, com contatos via whatsapp, nos quais buscam-se informações da situação atual, identificação de alguma demanda específica ou apenas usa-se o momento para prestar apoio emocional.

No dia **14 de junho** realizou-se reunião via Zoom do agora denominado oficialmente Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos para analisar os dados coletados e definir a elaboração do relatório final a ser apresentado ao Subcomitê de Gestão de Recursos e Destinação de Valores.

A apresentação dos resultados do Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos para o Subcomitê de Gestão de Recursos e Destinação de Valores ocorreu em reunião realizada via Zoom na data de **19 de junho**. Participaram também da reunião alguns integrantes do Comitê Gestor de Reconstrução do MPF/RS.

3 . ASSESSORAMENTO TÉCNICO - ARQUITETURA E URBANISMO

Durante a primeira reunião do Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local dos Danos foi observado que provavelmente haveria necessidade de suporte técnico nas áreas de Engenharia e Arquitetura, para que a dimensão dos danos pudesse ser avaliada por especialistas.

Antes do início das visitas foi realizado contato com o Urbanista Eber Marzulo, professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, que explicou que as áreas onde estavam localizadas algumas das residências das pessoas atingidas, especialmente na Grande Porto Alegre, precisavam ser avaliadas por especialistas, tendo em vista que algumas estavam em áreas inundáveis, de acordo com a classificação e mapas do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da UFRGS. Ele comentou que “em médio e longo prazo, será necessária a reestruturação das áreas inundáveis, com incentivo à regeneração urbana e ambiental”.



Após as visitas em Eldorado do Sul houve novo contato com o professor, considerando que foi verificada a necessidade de avaliação imediata às residências mais afetadas, para que laudos pudessem ser produzidos e que fosse verificado, também, a segurança dos locais, haja vista que alguns já estavam limpando as casas para um possível retorno. Durante a conversa foram repassados os endereços das casas das trabalhadoras terceirizadas e houve consulta ao *Google Street View* para a verificação dos bairros, proximidade dos rios e diques e das próprias residências antes de serem atingidas pela enchente de maio de 2024.

Após o relato da situação das residências de Eldorado, bem como da gravidade e urgência, foram indicados dois arquitetos que se dispuseram a realizar as visitas e produzir relatórios e laudos de forma voluntária - Andrea Malinowski Neves (CAU/RS A22329-8) e Marcelo Rosa da Rocha (CAU/RS A23925-9).

Foram mapeadas quatro residências para visitas dos Arquitetos voluntários - duas no Bairro Mathias Velho, em Canoas e duas em Eldorado do Sul. Em comum as quatro residências tem o tempo em que ficaram embaixo d'água, mais de trinta dias. Algumas com estrutura afetadas e provavelmente condenadas, conforme avaliação inicial dos arquitetos.

Será produzido um relatório de cada um dos locais visitados, contendo a avaliação das avarias e relação dos materiais necessários para reforma, caso exista essa possibilidade.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

Nesta seção serão apresentadas as informações analisadas, a partir dos dados registrados, por meio do preenchimento de roteiro de entrevista elaborado para essa finalidade. Foram contatadas 36 pessoas, o que permitiu a análise quanti qualitativa.

Para as análises das entrevistas levou-se em consideração um universo de 32 núcleos familiares, considerando que das 36 pessoas contatadas 02 entrevistas não foram analisadas: a de um servidor que indicou familiares e a de uma trabalhadora de empresa terceirizada que teve seu contrato encerrado e pediu desligamento da Campanha, pois recebeu da prefeitura uma linha de crédito para compra de nova residência ; 01 núcleo era composto por um casal de trabalhadores de empresa terceirizada e outro núcleo por mãe e filha, ambas trabalhadoras de empresa terceirizada.

4.1 Número de pessoas contatadas

No período de 04 a 12 de junho de 2024, 36 pessoas que informaram terem sido atingidas pela enchente foram contatadas, por meio de visitas domiciliares, ligação telefônica, videochamadas e atendimentos presenciais realizados na unidade da PRR4 e também em local público fora das unidades do MPF no Rio Grande do Sul. Foi feito contato por videochamada e visita domiciliar com um mesmo servidor.

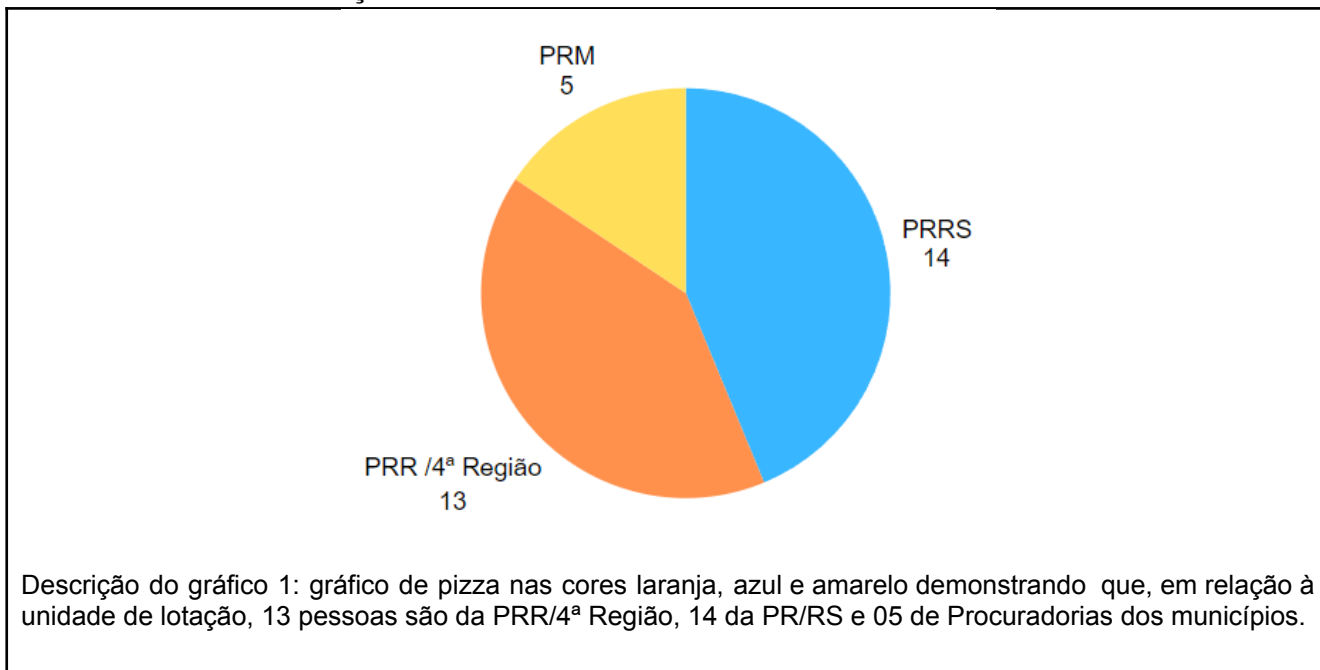
Dessa forma, foram realizadas 14 visitas domiciliares, 15 videochamadas e 06 atendimentos presenciais e 01 ligação telefônica.

Dos atendimentos realizados, 01 pessoa teve seu contrato encerrado e pediu desligamento da campanha por ter recebido da prefeitura crédito para compra de nova residência e 01 pessoa foi incluída na categoria sem vínculo com o MPF/RS, por se tratar de familiares do servidor que preencheu o formulário.

4.2 Perfil e contexto sociofamiliar das pessoas entrevistadas

A seguir serão apresentados os resultados das 32 entrevistas através de análise por meio de gráficos, nos quais os perfis e o contexto sociofamiliar das pessoas entrevistadas são identificados.

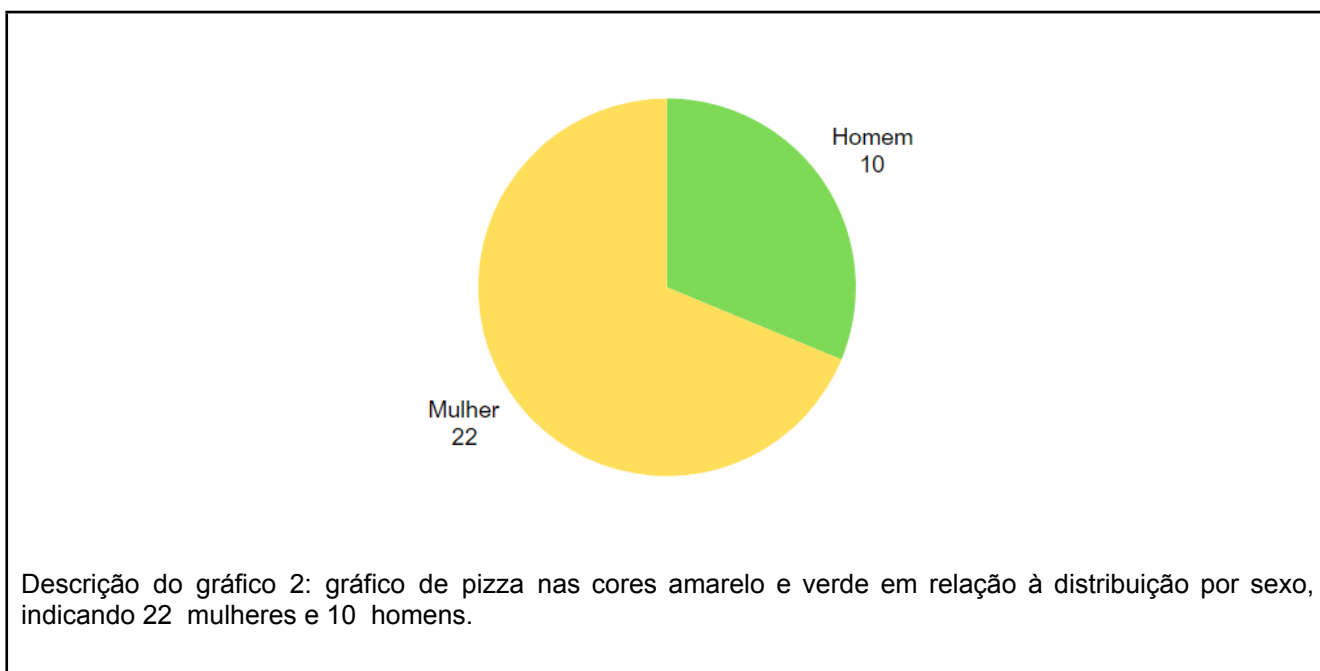
Gráfico 1 - Unidade de lotação



Fonte: Elaborado pelas autoras

Como pode-se observar, o gráfico 1 demonstra que 13 pessoas estão lotadas na Procuradoria Regional da 4ª Região, 14 pessoas na Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e 5 pessoas estão divididas entre as Procuradorias da República nos municípios, sendo 02 de Pelotas, 01 de Novo Hamburgo, 01 de Santa Cruz do Sul e 1 de Rio Grande.

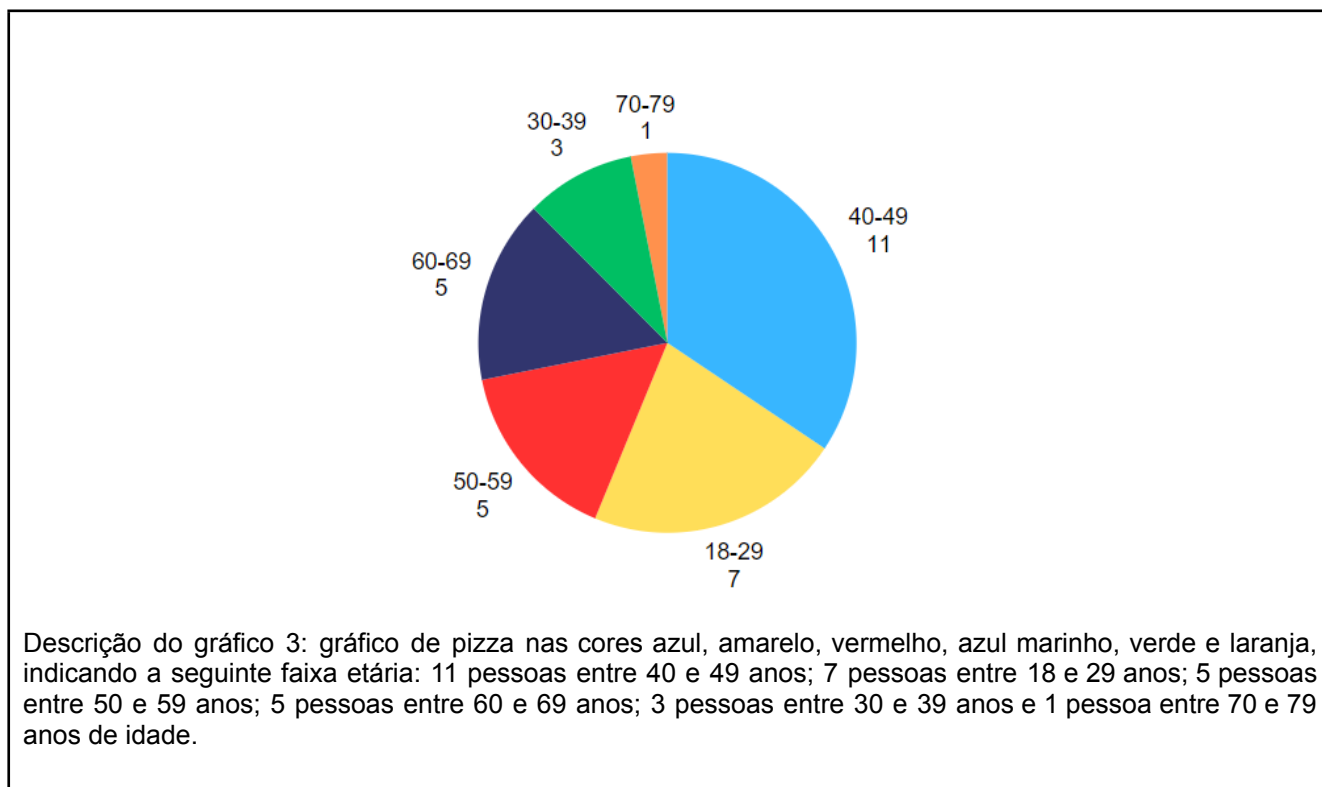
Gráfico 2 - Distribuição por Sexo



Fonte: Elaborado pelas autoras

Observa-se que, entre as vítimas da enchente entrevistadas, 22 são mulheres, sendo 12 de empresas terceirizadas, 05 servidoras, 01 cargo em comissão, 01 aposentada, e 3 estagiárias. Já 10 são homens, dos quais 6 são servidores e 4 são trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas. Esses dados demonstram que as mulheres trabalhadoras de empresas terceirizadas foram as mais atingidas pela enchente.

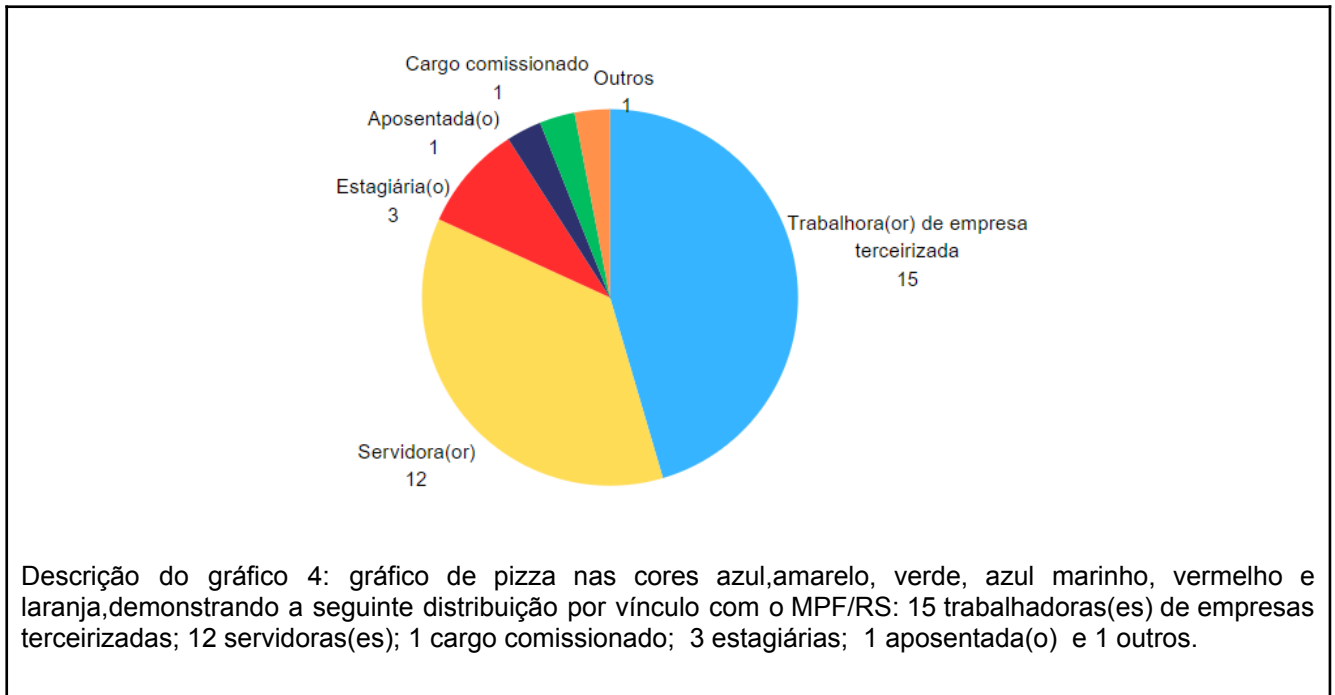
Gráfico 3 - Faixa etária



Fonte: Elaborado pelas autoras

Obtém-se através do Gráfico 3, em relação à faixa etária e já fazendo o recorte por gênero, a seguinte informação: 11 pessoas possuem entre 40 e 49 anos, sendo 4 mulheres e 7 homens; seguidas de 7 mulheres que têm entre 18 a 29 anos; 05 pessoas entre 60 a 69 anos, sendo 3 mulheres e 2 homens; 5 mulheres entre 50 a 59 anos, 3 pessoas entre 30 a 39 anos, sendo 2 mulheres e 1 homem; e 1 mulher entre 70 e 79 anos.

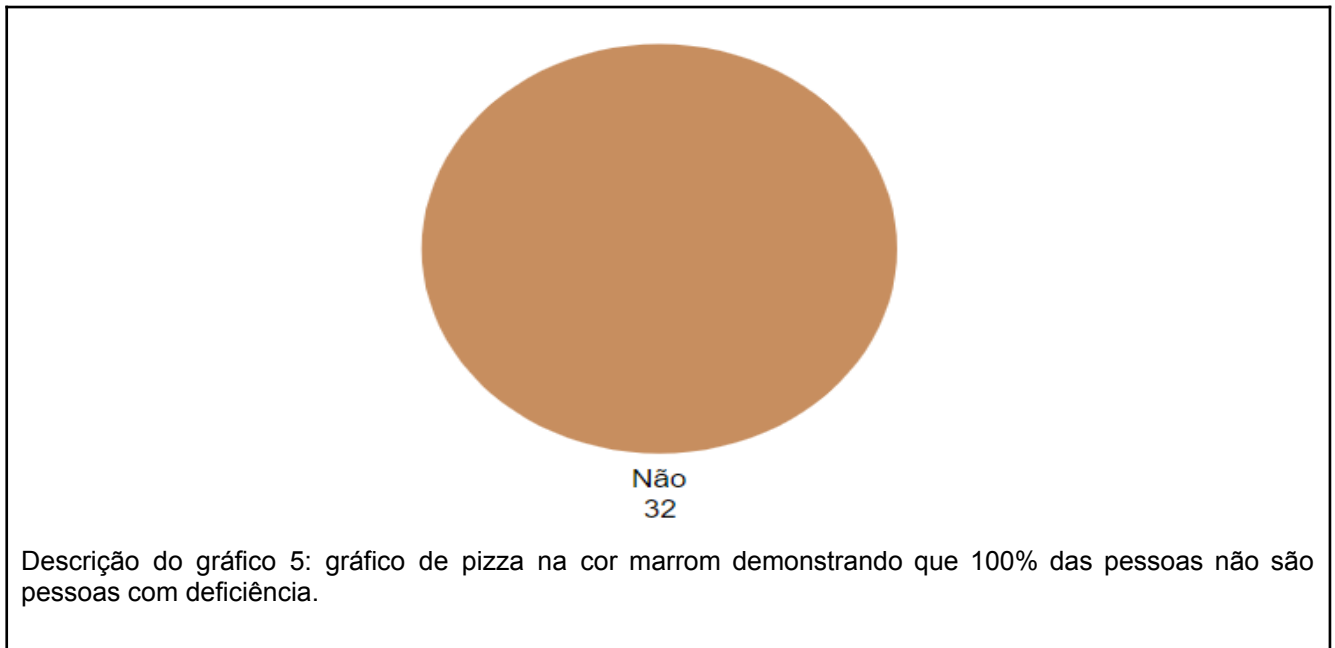
Gráfico 4 - Vínculo com Ministério Público Federal



Fonte: Elaborado pelas autoras

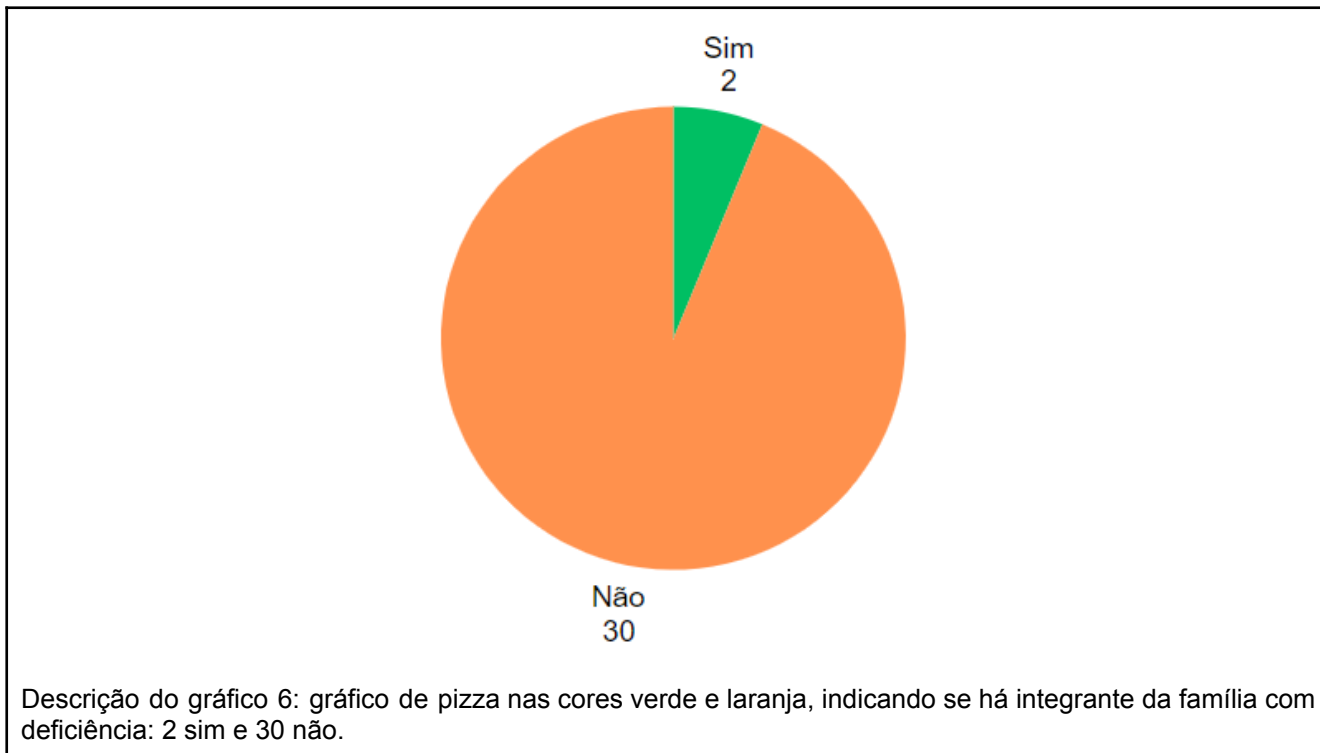
Em relação ao vínculo que possuem com o MPF, tem-se que 15 pessoas são trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas, 1 é servidora aposentada da PR/RS, 12 são servidoras(es) com vínculo ativo, 1 é ocupante de cargo comissionado e 3 são estagiárias. Na categoria “Outros” encontra-se a viúva de um servidor da PRR/4ª Região.

Gráfico 5 - Pessoa com deficiência



Fonte: Elaborado pelas autoras

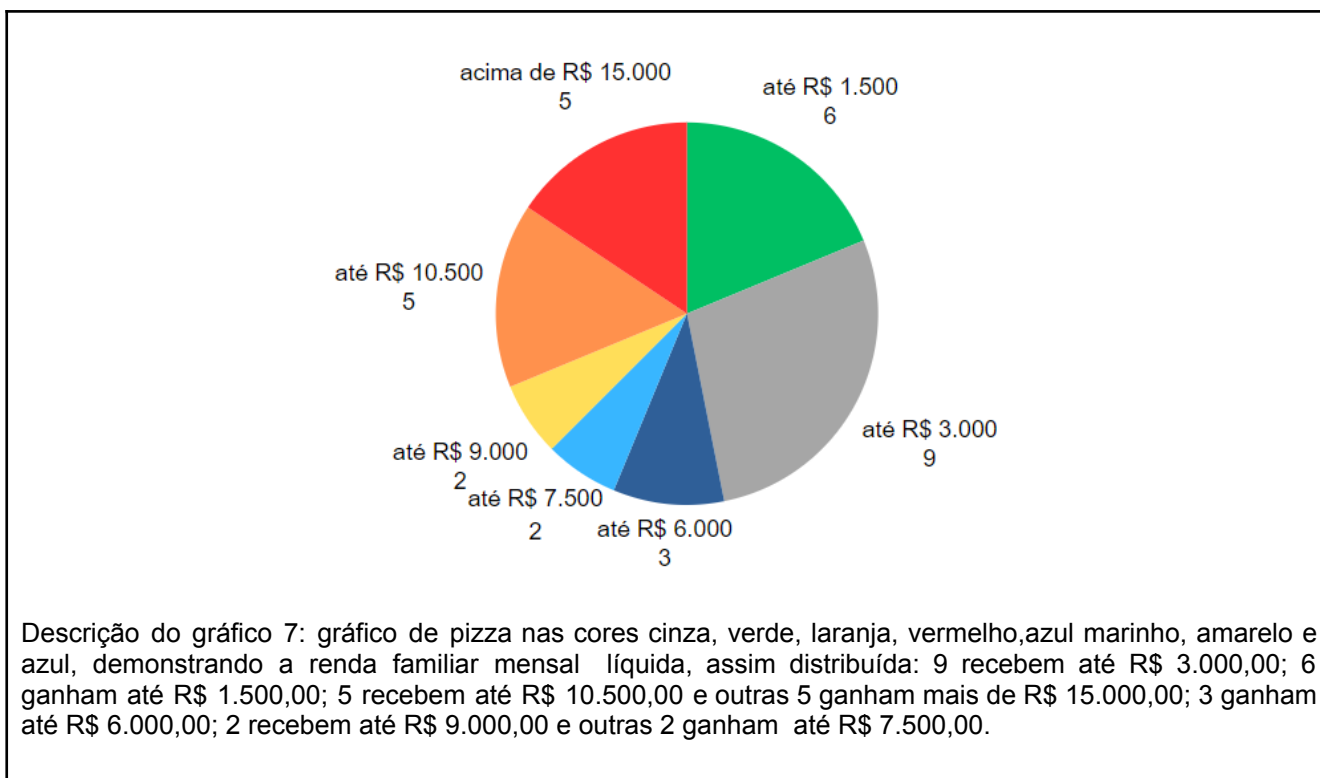
Gráfico 6 - Integrante da família com deficiência



Fonte: Elaborado pelas autoras

Dentre as 32 entrevistas analisadas, todas as pessoas informaram não ter deficiência. Porém, quando questionadas se algum integrante da família é pessoa com deficiência, obteve-se 2 respostas afirmativas. Responderam que há integrantes da família com deficiência, a servidora aposentada e a viúva do servidor da PRR/4ª Região.

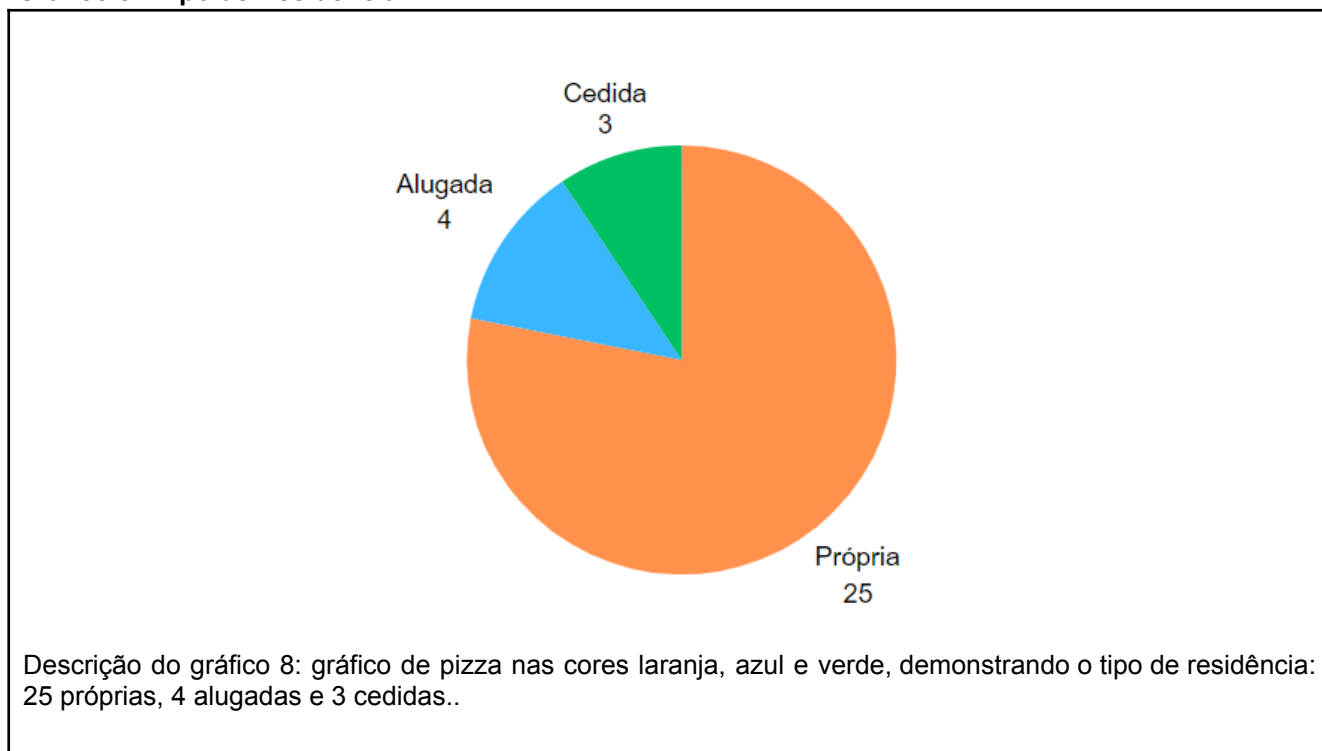
Gráfico 7 - Renda familiar



A respeito da renda familiar líquida, ou seja, a renda que envolve todos os rendimentos dos integrantes da família, observa-se que a maioria das pessoas (9) pertencem a faixa de renda de até R\$ 3.000,00, seguidas de 6 núcleos familiares que recebem mensalmente até R\$ 1.500,00, 5 núcleos recebem até R\$ 10.500,00, outros 5 recebem acima de R\$ 15.000, 3 ganham até R\$ 6.000,00; 2 compreendem a faixa salarial de até R\$ 9.000,00 e outras 2 recebem até R\$ 7.500,00.

Tais dados demonstram que 15 núcleos familiares (46,87%) atingidos pela enchente têm a renda familiar mensal de até R\$3.000,00 mil reais, o que significa que se encontram inseridos nas classes sociais D/ E, aquelas que recebem entre 1 e 3 salários mínimos, segundo classificação do IBGE. Esses dados correspondem também à triste constatação de que os brasileiros e as brasileiras mais pobres (Classes D/E) continuarão a ser mais da metade da população (50,7%) até 2024, de acordo com estudo da Tendências Consultoria³.

Gráfico 8 - Tipo de Residência



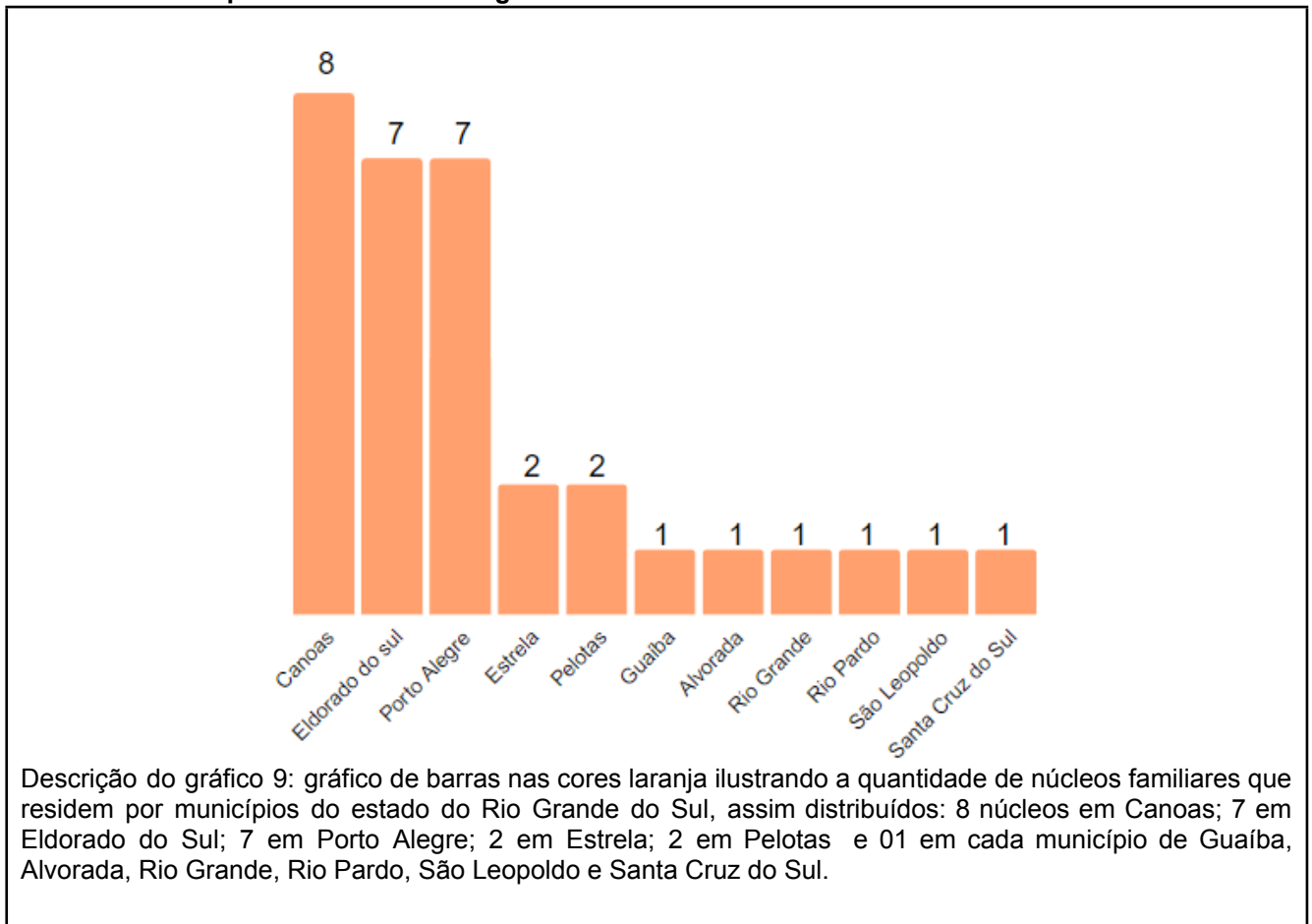
Fonte: Elaborado pelas autoras

O gráfico demonstra o tipo de residência que o núcleo familiar atingido informou que vivia. Observa-se que aproximadamente 78,1% das famílias possuem residência própria, 12,5%, residiam em imóvel alugado e 9,4% em imóvel cedido.

³ Disponível em

<https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/classes-d-e-e-continuarao-a-ser-mais-da-metade-da-populacao-ate-2024-projeta-consultoria/>. Acesso em 21/06/2024.

Gráfico 9 - Município da residência atingida

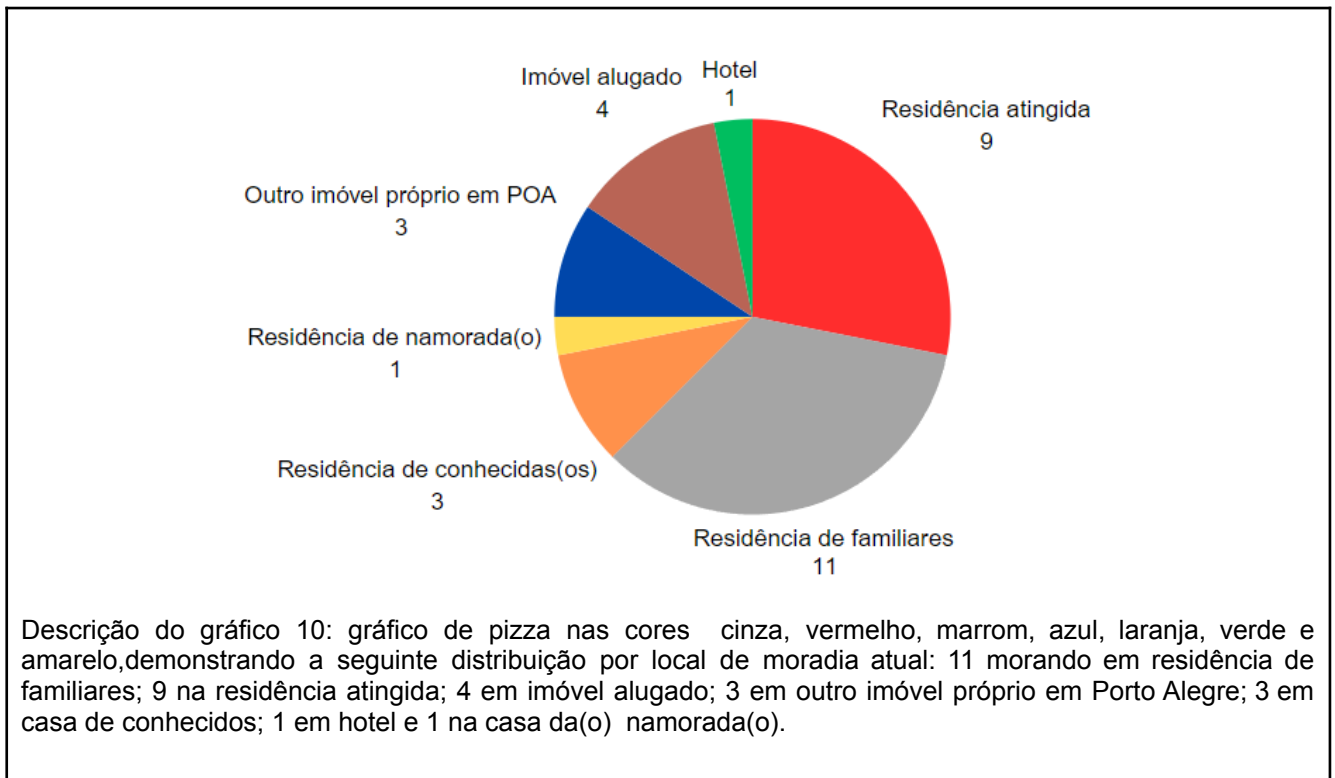


Fonte: Elaborado pelas autoras

Dentre os respondentes, a cidade de Canoas possui o maior número de moradores onde a residência foi afetada, somando 8 núcleos familiares. Já Eldorado do Sul e Porto Alegre somam 7 famílias afetadas em cada local. Os municípios de Estrela e Pelotas possuem 2 famílias atingidas em cada um, acompanhados de 1 núcleo familiar afetado pela enchente em cada município a seguir: Guaíba, Alvorada, Rio Grande, Rio Pardo, São Leopoldo e Santa Cruz do Sul.

Grande parte dos locais de residências de integrantes do MPF/RS encontram-se na relação dos municípios mais atingidos pela enchente, como Canoas, Eldorado do Sul e Porto Alegre, de acordo com as notícias divulgadas nos canais oficiais de comunicação.

Gráfico 10 - Local da moradia atual



Fonte: Elaborado pelas autoras

Em razão da enchente, muitas pessoas tiveram que deixar suas casas. Dessa forma, foram questionadas sobre onde estariam residindo até que fosse possível avaliar a possibilidade de retorno. Das 32 pessoas entrevistadas, 11 foram morar na casa de familiares, 9 continuaram na residência atingida, 4 tiveram que alugar outro espaço, 3 pessoas foram para outro imóvel próprio em Porto Alegre e outras 3 na residência de conhecidos, 1 pessoa relatou abrigar-se na casa de namorada(o) e 1 pessoa estaria hospedando-se em hotel.

Gráfico 11 - Composição do núcleo familiar



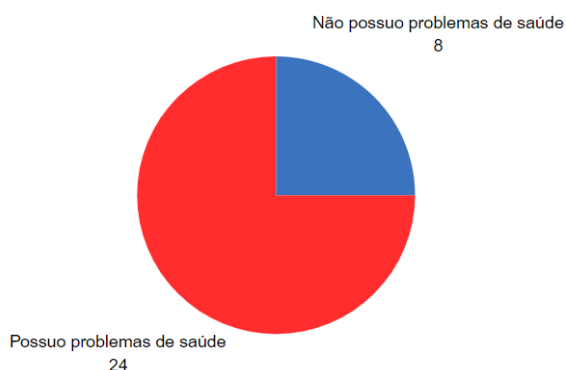
Descrição do gráfico 11: gráfico de pizza nas cores cinza, vermelho, azul, laranja, verde e amarelo, demonstrando a seguinte composição familiar: 18 núcleos familiares formados apenas por adultos; 05 núcleos formados por adultos e crianças; 04 compostas por adultos e adolescentes; 02 por adultos e pessoas idosas e 01 por adultos, crianças e adolescentes; 2 adultos, crianças e pessoas idosas.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Considerou-se núcleo familiar o grupo de pessoas que convivem na mesma residência, ligados por laços de afetividade, havendo ou não vínculos consanguíneos, podendo compor diferentes configurações familiares, como por exemplo as famílias intergeracionais.

Em relação à **composição do núcleo familiar**, tem-se que em 18 respostas é composto apenas por adultos, adultos e crianças obteve-se 5 respostas, núcleo com adultos e adolescentes obteve-se 4 respostas, núcleo com adultos, adolescentes e crianças, 1 resposta e adultos e pessoa idosa, 1 resposta. Por fim, no núcleo com adultos, crianças e pessoas idosas obteve-se 2 respostas.

Gráfico 12 - Possui problemas de saúde



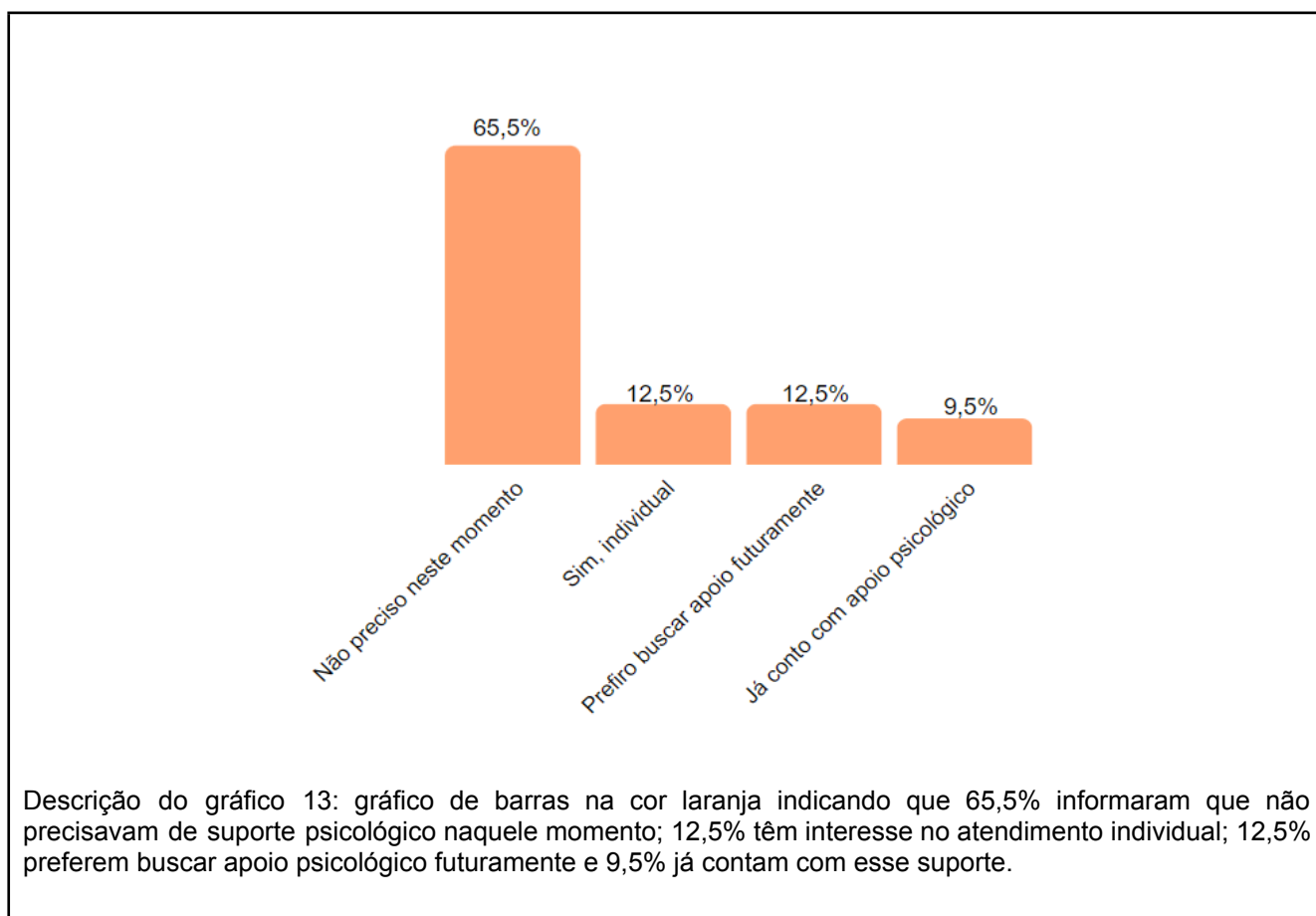
Descrição do gráfico 12: gráfico de pizza nas cores azul e vermelho indicando que 08 pessoas responderam que possuem problemas de saúde e 24 negaram ter problemas de saúde.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Das 32 pessoas entrevistadas, 08 responderam que possuíam problemas de saúde e 24 informaram não ter nenhuma questão afeta à saúde. Por problemas de saúde entende-se condições que afetem o bem estar biopsicossocial, como doenças relacionadas ao bem estar físico e também à saúde mental.

Dentre as respostas afirmativas, as(os) respondentes informaram ser acompanhadas(os) por profissionais de saúde especializadas(os) nas seguintes áreas: cardiologia, psiquiatria, psicologia, dermatologia, endocrinologia, ortopedista e pneumologista.

Gráfico 13 - Necessidade de suporte psicológico

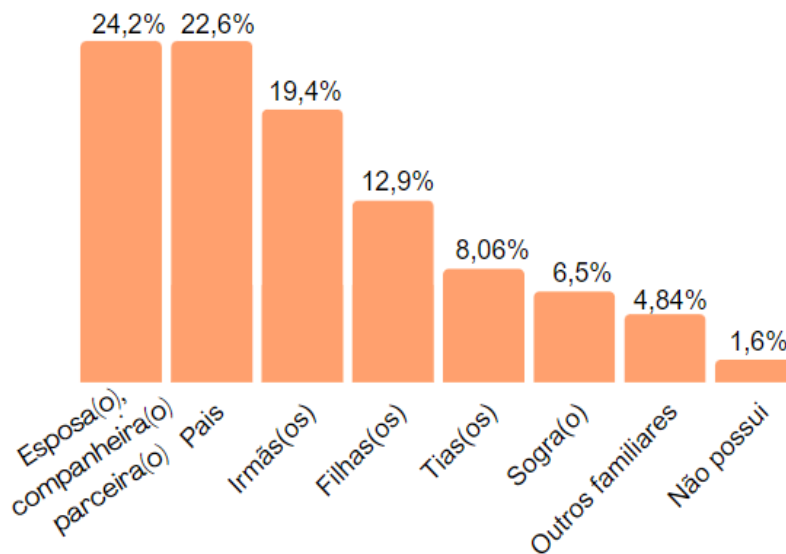


Fonte: Elaborado pelas autoras

Quando questionadas referente à necessidade de **apoio psicológico**, 65,5% responderam que não precisavam de apoio no momento em que foi realizada a entrevista. Já 12,5% responderam que têm interesse em realizar acompanhamento psicológico de forma individual, outras 12,5% afirmaram que já realizam acompanhamento e 9,5% dizem que preferem buscar apoio futuramente.

Dentre as pessoas que manifestaram interesse em ser atendidas individualmente, todas foram encaminhadas, por e-mail, para o acolhimento da Assessoria de Psicologia da SSI-Saúde da PGR. Todas as pessoas contatadas foram informadas sobre o apoio disponível e orientadas a encaminhar email para pgr-psicologia@mpf.mp.br a fim de solicitar atendimento.

Gráfico 14 - Rede de apoio familiar

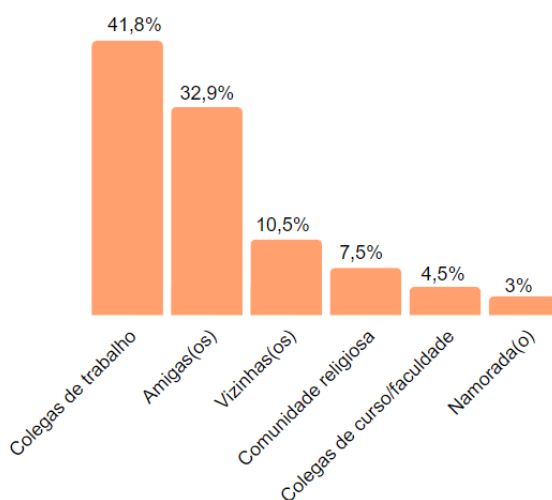


Descrição do gráfico 14: gráfico de barras na cor laranja indicando que em relação à rede de apoio familiar: 24,2% contam com esposa(o), companheira(o) ou parceira(o); 22,6% pais; 19,4%, irmãs(os); 12,9%, filhas(os); 8,06%, tias(os); 6,5%, sogra(o); 4,84% outros familiares e 1,6% não possuem nenhuma rede de apoio familiar.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Em relação ao **suporte familiar**, foi possível escolher mais de uma alternativa nas respostas. Dessa forma, 24,2% das pessoas encontraram suporte na(o) esposa(o), companheira(o) ou parceira(o). Pais representam 22,6% das respostas, seguidos de Irmãs(os) com 19,4%, Filhas(os) com 12,9% de respostas, Tias(os) com 8,06%, Sogra(o) com 6,5%, outros familiares com 4,84% e 1,6% responderam que não possuem nenhuma rede de apoio familiar.

Gráfico 15 - Rede de apoio social



Descrição do gráfico 15: gráfico de barras na cor laranja demonstrando que em relação à rede de apoio social 41,8% contam com colegas de trabalho; 32,9% amigas(os); 10,5% vizinhas(os); 7,5% comunidade religiosa; 4,5% contam com colegas de curso/faculdade e 3% com namorada(o).

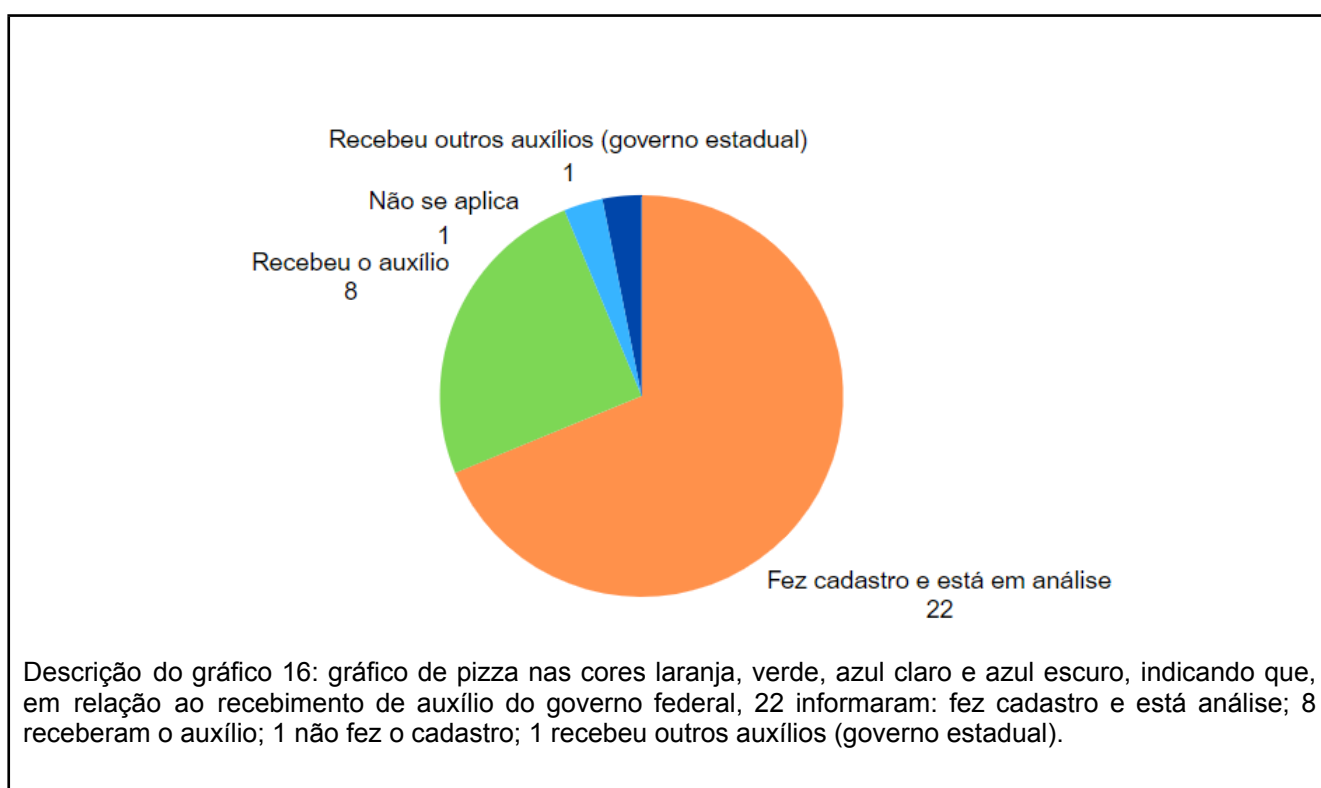
Fonte: Elaborado pelas autoras

Em relação à questão sobre a **rede de apoio social**, as(os) respondentes, em sua maioria (41,8%) indicaram que encontraram apoio nas(os) colegas de trabalho, 32,9% indicaram Amigas(os), 10,5% indicaram vizinhas(os), 7,5% indicaram a comunidade religiosa, 4,5% indicaram as(os) colegas de curso/faculdade e 3% namorada(o).

As redes de apoio social constituem-se em importantes instrumentos para o enfrentamento das consequências de tragédias, como a sofrida pela população do RS. Poder contar com apoio emocional e ajuda material nesses momentos, podem atenuar os impactos causados pelas perdas.

Ressalta-se que “colegas de trabalho” foi a resposta com maior número de respondentes e referiu-se, a colegas do MPF como todo, especialmente da PR/RS e da PRR/4ª Região, sendo extensiva a todos integrantes do MPF que colaboraram doando para a Campanha “Ajuda RS”.

Gráfico 16 - Beneficiário de auxílio do Governo Federal

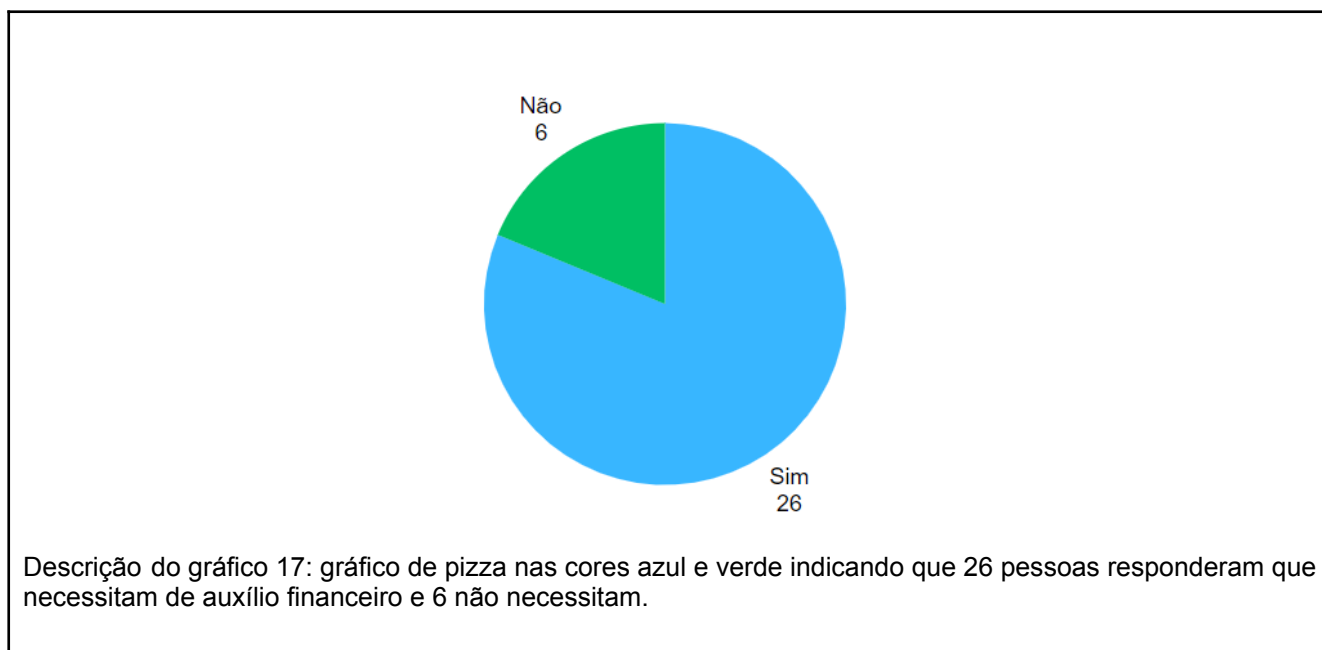


Fonte: Elaborado pelas autoras

O Auxílio Reconstrução refere-se a um apoio financeiro, por parte do governo federal, no valor de R\$ 5.100,00 pago em uma única parcela às famílias desalojadas ou desabrigadas de forma definitiva ou temporária, residentes em áreas atingidas pela enchente no estado do Rio Grande do Sul em que as prefeituras encaminharam o cadastro das famílias.

Durante o período de realização das entrevistas, compreendido entre 04 e 12 de junho de 2024, 22 pessoas informaram terem realizado o cadastro, mas no momento, encontrava-se em análise; 8 pessoas já haviam recebido o auxílio federal; 01 havia recebido auxílio estadual e 01 não se aplica pelo fato da prefeitura não ter enviado o cadastro do município.

Gráfico 17 - Necessidade de auxílio financeiro



Fonte: Elaborado pelas autoras

Em relação à **necessidade de auxílio financeiro**, a maioria (81,25%) respondeu que necessita de auxílio financeiro em razão das perdas que sofreram com as enchentes. Já 6 pessoas (18,75%) informaram que não precisavam de auxílio por entenderem que se encontravam numa situação de menos vulnerabilidade que as(os) demais colegas.

4.3 Demandas Prioritárias

Esta questão objetivou listar quais as demandas que as(os) entrevistadas(os) consideravam prioritárias. Como foram obtidas respostas muito semelhantes, elencou-se um rol das mais citadas, a saber:

- Reconstrução ou reforma da residência;
- Limpeza do domicílio;
- Aquisição de material de construção;
- Pagamento de aluguel;
- Contratação de mão de obra e serviços especializados
- Providenciar documentação;
- Aquisição de móveis e eletrodomésticos;
- Cuidados com a saúde mental

5. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

5.1 Classificação da gravidade da situação

A partir da coleta das informações e análise *in loco* das casas visitadas, fotos e vídeos enviados pelas pessoas com as quais foram realizados atendimentos presenciais e videochamadas, estabeleceu-se a categorização da gravidade de cada situação, numa escala de 0 a 5+, sendo 5+ a mais grave. A construção dos critérios para a proposta de distribuição dos recursos arrecadados foi inspirada na Matriz GUT, a qual se constitui em uma ferramenta que busca responder questões de forma racional para a separação e priorização de problemas, a fim de solucioná-los. (Bezerra et al., 2014).

Os seguintes critérios foram observados como mais relevantes para serem classificados: condições da moradia, renda familiar e composição do núcleo familiar. As situações analisadas foram classificadas da seguinte forma:

Tabela 2 - Grau de gravidade

Grau de gravidade	Pontuação	Total de Núcleos Familiares
Muito crítica	5+	3
Crítica	5	2
Muito alta	4+	3
Alta	4	3
Média	3	3
Baixa	2	5
Muito baixa	1	7
Nula	0	6
Total		32

Fonte: Elaborada pelas autoras

Observação: Um núcleo familiar é composto por duas trabalhadoras de empresas terceirizadas e a destinação do recurso será partilhada entre as duas, em contas individuais.

A tabela abaixo apresenta os dados compilados com informações sobre os recursos arrecadados e transferidos, bem como o tipo de contato feito com cada pessoa. Além disso, possui a sugestão de distribuição dos valores recebidos por meio da Campanha “Ajuda RS”, considerando o valor arrecadado de R\$271.697,42 até 06 de junho de 2024.

Na tabela também consta discriminado o valor da ação inicial (SOS-Enchentes Sala de atendimento ao cidadão/PRRS) para que seja dada a devida prestação de contas. Nesta ação, foram disponibilizados um total de R\$18.000,00 distribuídos entre 18 trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas. Já com o Comitê formado, de forma emergencial, também foram distribuídos R\$ 40.000,00 divididos de forma igualitária para 20 pessoas, sendo 17 trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas e 3 estagiárias. O saldo da Campanha “Ajuda RS” em 12 de junho de 2024 era de R\$ 231.697,42.

Considerando o saldo supramencionado em 12 de junho, este Subcomitê, por videoconferência realizada em 17 de junho, às 14h30min, pela plataforma Zoom, apresentou as informações analisadas por meio dos contatos realizados com integrantes do MPF/RS atingidos pela enchente e sugeriu a distribuição conforme detalhamento na planilha abaixo na coluna “**Sugestão de distribuição dos recursos das doações**” totalizando um valor de R\$ 223.000,00. Todavia, após a reunião supramencionada o Subcomitê de Gestão de Recursos e Destinação de Valores decidiu por distribuir os valores, o que foi feito, conforme detalhamento na 8ª coluna da planilha, totalizando um valor de R\$113.000,00. Dessa forma, o saldo total ficou em R\$117.697,42 no dia 18 de Junho de 2024 (R\$ 231.697,42 - R\$113.000,00).

Tabela 3 - Controle de arrecadações versus distribuição

Forma de contato	Gravidade da situação (0 a 5+) sendo o 5+ mais grave	Atividade que exerce	Cidade	Auxílio recebido pela campanhas iniciais da PRRS e PRR4 (10/05)	Auxílio emergencial recebido pela Campanha "Ajuda RS" (7 e 10/6)	Sugestão de distribuição dos recursos das doações	Auxílio recebido após análise do Subcomitê de Gestão de Recursos e Destinação de Valores (21,24, 25/06)
Visita domiciliar	5+	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Canoas	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 5.000,00
Visita domiciliar	5+	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Eldorado do Sul	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 5.000,00
Atendimento presencial	5+	Auxiliar do restaurante	Porto Alegre - Vila Farrapos	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 5.000,00
Visita domiciliar	5	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Canoas	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 5.000,00
Visita domiciliar	5	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Eldorado do Sul	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 5.000,00
Atendimento presencial	4+	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Porto Alegre - Ilha da Pintada	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00
Visita domiciliar	4+	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Porto Alegre - Vila Farrapos	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Visita domiciliar	4+	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Porto Alegre - Vila Farrapos	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Atendimento presencial	4	Servidora(o)	Eldorado do Sul	-	R\$ 0,000	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,000
Visita domiciliar	4	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Eldorado do Sul	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 5.000,00
Visita domiciliar	4	Estagiária	Porto Alegre - Ilha da Pintada	-	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 5.000,00
Visita domiciliar	3	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Canoas	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 5.000,00
Videochamada	3	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Rio Grande	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 5.000,00
Videochamada	3	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Rio Pardo	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 5.000,00

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 08/07/2024 19:21. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1388b55d.d7178f13.0b3489aa.1d6cb2cb

Visita domiciliar	2	Servidora aposentada	Guaíba	-	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Videochamada	2	Servidora(o)	Porto Alegre	-	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Videochamada	2	Servidora(o)	Porto Alegre	-	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Videochamada	2	Servidora(o)	Eldorado do Sul	-	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Visita domiciliar e Videochamada	2	Servidora(o)	Canoas	-	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Videochamada	2	Viúva de servidor	Canoas	-	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Videochamada	1	Servidora(o)	Estrela	-	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Videochamada	1	Servidora(o)	Estrela	-	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Videochamada	1	Servidora(o)	Pelotas	-	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Visita domiciliar	1	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Eldorado do Sul	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Visita domiciliar	1	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Canoas	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Visita domiciliar	1	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Alvorada	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Videochamada	1	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Porto Alegre - Bairro São João	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Visita domiciliar	0	Estagiária	Porto Alegre - Bairro Sarandi	-	R\$ 2.000,00	Situação familiar financeira razoável	-
Atendimento presencial	0	Servidora(o)	Eldorado do Sul	-	-	Abriu mão do auxílio	-
Videochamada	0	Servidora(o)	São Leopoldo	-	-	Abriu mão do auxílio	-
Videochamada	0	Servidora(o)	Canoas	-	-	Abriu mão do auxílio financeiro	-
Videochamada	0	Servidora(o)	Canoas	-	-	Abriu mão do auxílio financeiro	-
Videochamada	0	Estagiária	Pelotas	-	R\$ 2.000,00	Abriu mão do auxílio financeiro	-
Telefone	0	Trabalhadora(o) de empresa terceirizada	Porto Alegre - Bairro Sarandi	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	Pediu desligamento da Campanha	-
TOTAL					R\$ 18.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 223.000,00
SALDO (com base no valor de R\$ R\$ 231.697,42)					R\$ 117.697,42		

Observação: Este Subcomitê entende que as trabalhadoras de empresas terceirizadas que foram classificadas nos graus considerados muito crítico (5+) e crítico (5), devem ter as respectivas distribuições de valores avaliadas conjuntamente com o Subcomitê de Gestão de Recursos e Destinação de Valores, tendo em vista o acompanhamento realizado após as visitas domiciliares das famílias e a peculiaridade dos casos em tela.

5.1.2 Registros fotográficos das visitas domiciliares realizadas

Em seguida, apresenta-se as fotos ilustrativas do acervo fotográfico do Subcomitê dos referidos graus de gravidade das situações analisadas. Todas as pessoas autorizaram o uso de sua imagem e do local de sua residência.

Imagem 6 - Mathias Velho/Canoas- Gravidade 5+



Imagem 7 - Mathias Velho/Canoas-Gravidade 5+



Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 08/07/2024 19:21. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1388b55d.d7178f13.0b3489aa.1d6cb2cb

Imagem 8 - Mathias Velho, Canoas/RS -Gravidade 5+



Imagem 9 - Vila Farrapos/POA -Gravidade 4+



Imagem 10 - Ilha da Pintada/POA -Gravidade 4+



Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 08/07/2024 19:21. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1388b55d.d7178f13.0b3489aa.1d6cb2cb

Imagem 11 - Eldorado do Sul -Gravidade 4+



Imagem 12 - Ilha da Pintada/POA -Gravidade 4+

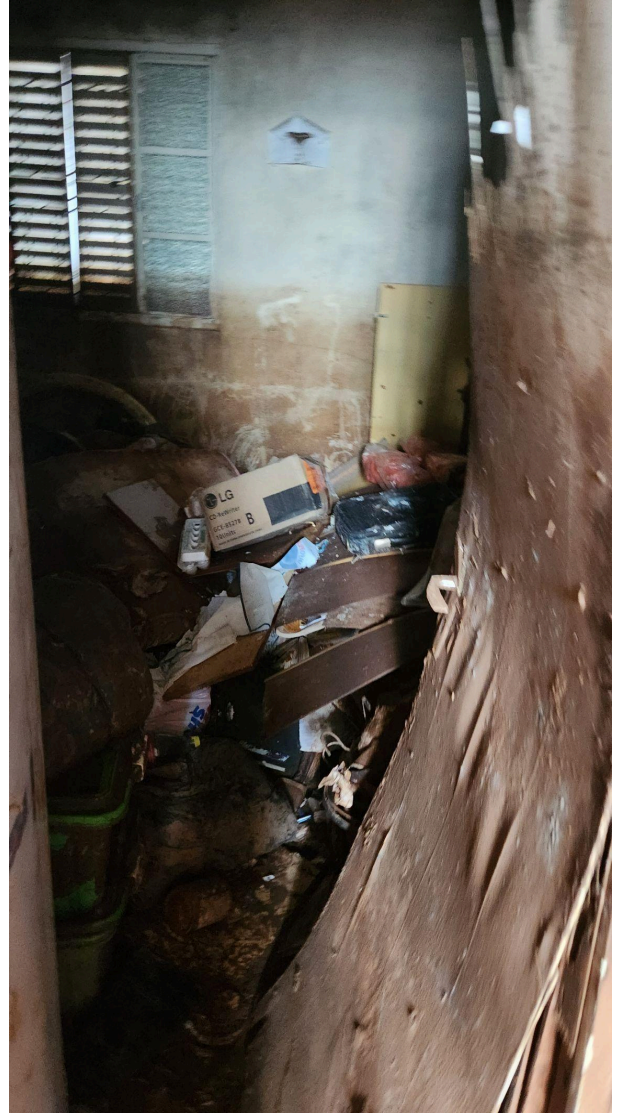


Imagem 13 - Rio Pardo-Gravidade 3



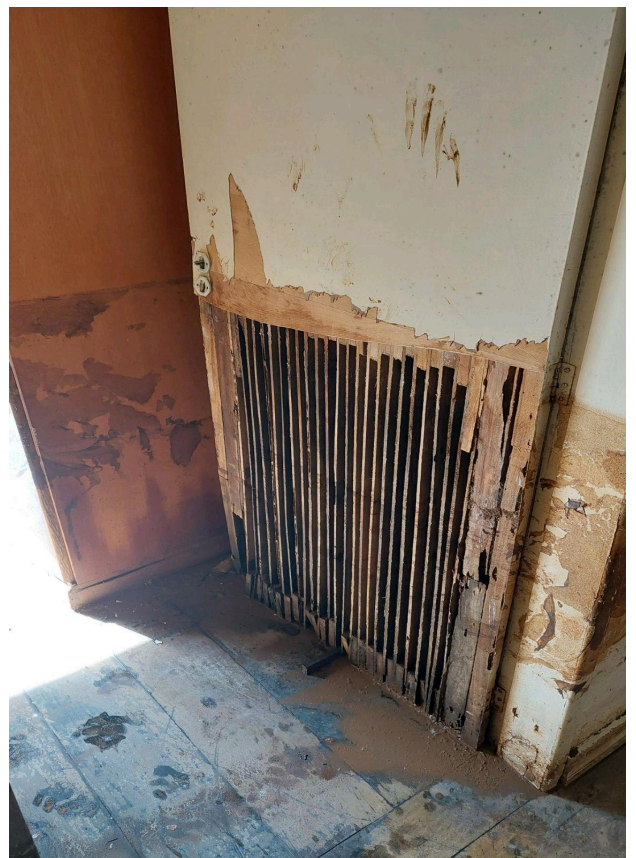
Imagem 14 - Rio Pardo-Gravidade 3



Imagem 15 - Canoas -Gravidade 2



Imagem 16 - Porto Alegre -Gravidade 2



Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 08/07/2024 19:21. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1388b55d.d7178f13.0b3489aa.1d6cb2cb

Imagem 17 - Porto Alegre - Gravidade 2



Imagem 18 - Pelotas - Gravidade 1



Imagem 19 - Eldorado do Sul - Gravidade 1



Imagem 20 - Porto Alegre - Gravidade 0



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS

O trabalho desenvolvido pelo Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local de Danos, teve como um dos objetivos realizar visitas domiciliares e levantamento de dados de servidoras(es), estagiárias e trabalhadoras(es) de empresas terceirizadas afetadas(os) pelas enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul.

Além disso realizou-se as análises das informações colhidas durante o período de trabalho do Subcomitê acerca dos danos sofridos pelas pessoas afetadas, sejam eles emocionais e/ou materiais. As diversas situações encontradas nas visitas domiciliares e nos contatos feitos por meio de vídeo chamadas e atendimentos presenciais, demonstraram graus de gravidade bastante diferenciados o que foi observado pelas peculiaridades de cada pessoa afetada, quer em relação a sua ocupação profissional, quer em relação a sua rede de apoio familiar e social. Também foram levados em conta os reflexos psicológicos e financeiros que as enchentes deixaram no Rio Grande do Sul, cujo retorno a uma certa normalidade levará algum tempo.

Até a finalização das análises contidas neste relatório, a arrecadação financeira da Campanha “Ajuda RS”, somou, em 06/06/2024, o montante de R\$ 271.697,42. Diante disso, o Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico Local de Danos apresentou os resultados à Coordenadora do Comitê Gestor de Reconstrução do MPF/RS e ao Subcomitê de Gestão de Recursos e Destinação de Valores com a sugestão de distribuição das arrecadações por graus de gravidade, conforme amplamente fundamentado no corpo do presente documento.

Como encaminhamentos este Subcomitê sugere:

- I. O acompanhamento, com urgência, da concessão de aposentadoria de Antônio Celso Ribeiro, Técnico do MPU/Segurança Institucional e Transporte da PR/RS.
- II. A análise da viabilidade de se buscar, junto à Secretaria-Geral do MPF, a prorrogação do período de estágio, por pelo menos 6 meses.
- III. O acompanhamento da situação individual das funcionárias de empresas terceirizadas que foram mais afetadas pela enchente, de modo a prorrogar-se o retorno ao trabalho presencial.
- IV. A criação, na Procuradoria Regional da República da 4ª Região do cargo de Analista do MPU/Serviço Social com pedido de remoção de ofício da Analista do MPU/Serviço Social, Ana Paula Barros Menezes, a qual já manifestou interesse em ser lotada na PRR/4ª Região, por estar residindo em Porto Alegre, atualmente lotada na Promotoria da Infância e da Juventude do MPDFT, em regime de trabalho a distância.
- V. A criação, na Procuradoria Regional da República da 4ª Região do cargo de Analista do MPU/Psicologia, de modo a ser viabilizada a composição de equipe multidisciplinar, juntamente com a Analista do MPU/Serviço Social, para acompanhamento, enfrentamento e

planejamento de estratégias para lidar com a situação ocorrida, especialmente seus reflexos, e, igualmente, as que vierem a ocorrer, tendo em vista a maior frequência de desastres ambientais que vem atingindo o Rio Grande do Sul.

- VI. A verificação junto à Secretaria-Geral do MPF acerca da possibilidade de antecipar o cronograma de pagamento da segunda parcela do 13º salário às servidoras e aos servidores do Ministério Público da União lotados na PR/RS e PRR/4ª Região.
- VII. a realização de novas visitas domiciliares às pessoas afetadas, por parte da equipe do Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico, designada pela Coordenadora do Comitê Gestor de Reconstrução do MPF/RS, de modo a acompanhar o processo de reconstrução das moradias e retomada das vidas, a serem realizadas em duas etapas, quais sejam: primeira quinzena de setembro/2024 e primeira quinzena de dezembro/2024.

Por fim, entendeu-se importante mencionar algumas mensagens recebidas em agradecimento pelo apoio recebido. A título de ilustração, replica-se algumas mensagens aqui, *in verbis*:

“Obrigado sem palavras

Só gratidão 🙏”

“Entrou o dinheiro, chorei de alegria 😊”

Obrigada de todo meu coração”

“Oi, muito obrigada, GRATIDÃO 🙏”

“Obg.e q Deus ilumine abencoe cada membro e participante dessa equipe q nos auxilio e nos ajudou muito em um momento dificil e sofrido para tds nos q passamos por esa situacao jamais imaginada em nossas vidas.

Obg.d coracao a tds.e q Deus nos abencoe a tds”.

“Muito obrigado a todas da equipe que nós ajudou agradeço de todo meu coração que Deus ilumine todos e ao mpf também a minha amiga lisane.

Porque sem vocês não conseguiria fazer quase nada muito obrigada de verdade amo vocês”.

“Muito obrigada quero agradecer por tudo e todos que estão me ajudando. Aos poucos estou me reerguendo graças à Deus e todos vcs . Meu muito obrigada mesmo. Que Deus ilumine e abençoe . Gratidão”

É o relatório.

7. MENSAGEM FINAL

Acolher antes de diagnosticar. Ouvir antes de sugerir propostas de destinação de doações. Abraçar e ser apoio nesse momento de dor.

Foi com esse intuito que iniciamos as primeiras visitas domiciliares nos locais mais atingidos pela enchente de maio no Rio Grande do Sul. E nesses locais moravam, em sua maioria, trabalhadoras de empresas terceirizadas que nos aguardavam vestidas de tristeza, sofrimento, sujas de lama, olhos sempre marejados, com suas almas destroçadas e ao mesmo providas de uma força e potência imensuráveis.

Recomeçar e reconstruir foram os verbos mais ouvidos por nós.

Foi muito duro partilhar desses momentos, mas também muito gratificante fazer parte de um corpo de integrantes do MPF, especialmente das unidades da PRRS, PRR/4ª Região e PRSC que estão muito empenhados em oferecer todo o suporte necessário para as pessoas que trabalham no MPF/RS e foram atingidas pela enchente.

O trabalho está sendo feito com cautela e muito profissionalismo para assegurar que haja equidade na destinação dos recursos arrecadados com a necessária Campanha “Ajuda RS”.

Empatia e dinamismo nas ações executadas pelo Comitê de Reconstrução do MPF/RS são expoentes muito significativos para a realização deste trabalho eficaz, efetivo e muito, muito amoroso.

Integrantes do Subcomitê de Acolhimento e Diagnóstico dos Danos Locais, junho de 2024.

Imagem 21 - Equipe de visitas domiciliares



Fonte: acervo fotográfico do Subcomitê

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allan, B. A., Autin, K. L., Duffy, R. D., & Sterling, H. M. (2020). Decent and meaningful work: A longitudinal study. *Journal of Counseling Psychology*, 67(6), 669–679. <https://doi.org/10.1037/cou0000432>
- Blustein, D. (2011). A relational theory of working. *Journal of Vocational Behavior*, 79(1), 1-17. doi: 10.1016/j.jvb.2010.10.004.
- Cohen-Scali V., Masdonati J., Disquay-Perot S., Ribeiro M. A., Vilhjálmsdóttir G., Zein R. ... Rossier J. (2020). Emerging Adults' Representations of Work: A Qualitative Research in Seven Countries. *Emerging Adulthood*, 10(1), 54-67. <https://doi.org/10.1177/2167696820963598>
- Ferraro, T., Moreira, J. M., Dos Santos, N. R., Pais, L., & Sedmak, C. (2017). Decent work, work motivation and psychological capital: An empirical research. *Work*, 60(2), 339–354.
- Isık, E., Kozan, S., & Işık, A. N. (2019). Cross-Cultural Validation of the Turkish Version of the Decent Work Scale. *Journal of Career Assessment*, 27(3), 471–489. <https://doi.org/10.1177/1069072718763636>
- Kim, H. J., Duffy, R. D., Lee, S., Lee, J., & Lee, K. H. (2019). Application of the Psychology of Working Theory With Korean Emerging Adults. *Journal of Counseling Psychology*, 66(6), 701–713. <https://doi.org/10.1037/cou0000368>
- Portaria PGR nº 875 (2017.) Institui a Política de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) e estabelece o Programa Nacional de QVT (PNQVT)
- Souza ABL, Beleza MCM, Andrade RFC. Novos arranjos familiares e os desafios ao direito de família: uma leitura a partir do Tribunal de Justiça do Amazonas. PRACS, Rev Eletrônica Humanid Curso Ciênc Soc UNIFAP [Internet]. 2012 [citado 2016 jun. 20];5(1):105-19. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewFile/577/n5Souza.pdf>
- Yang, W., Nawakitphaitoon, K., Huang, W., Harney, B., Gollan, P. J., & Xu, C. Y. (2019). Towards better work in China: Mapping the relationships between high-performance work systems, trade unions, and employee well-being. *Asia Pacific Journal of Human Resources*, 57(4), 553–576. <https://doi.org/10.1111/1744-7941.12205>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00269444/2024 RELATÓRIO nº 31-2024**

Signatário(a): **PATRICIA CRISTINA ALVES DA SILVA**

Data e Hora: **08/07/2024 19:21:19**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **CYNTHIA DE MOURA ORENGO**

Data e Hora: **08/07/2024 19:23:02**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ANA CRISTINA GOULART LOPES**

Data e Hora: **08/07/2024 19:43:08**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MANUELA FRANCALACCI NEDEFF**

Data e Hora: **08/07/2024 19:55:05**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **SANDRA FOLCHINI PREZA**

Data e Hora: **09/07/2024 08:06:47**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **CLERIA VERGILINO FLORES NUNES COLARES**

Data e Hora: **09/07/2024 09:17:47**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **LISANDRA SPIAZZI BERLEZE**

Data e Hora: **09/07/2024 11:29:49**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **LISANE CRISTINA FONTOURA BERLATO**

Data e Hora: **09/07/2024 11:59:53**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1388b55d.d7178f13.0b3489aa.1d6cb2cb